



**OBRAS DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE BONDES DE SANTA TERESA
RETROSPECTIVA DE DESRESPEITO AOS DIREITOS DOS MORADORES DO BAIRRO**



RIO DE JANEIRO – 06 DE ABRIL DE 2014

**OBRAS DE TROCA DAS VIAS PERMANENTES E AÉREAS DO SISTEMA DE BONDES DE SANTA TERESA
UMA RETROSPECTIVA DE DESRESPEITO AOS DIREITOS DOS MORADORES DO BAIRRO**

DATA	FATO	ANEXO
27/08/2011	Acidente com o Bonde Nº 10 na Rua Joaquim Murтинho	1
24/02/2012	Casa Civil organiza coletiva de imprensa para apresentação de projeto de reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa/SBST.	2
28/02/2012	Casa Civil publica no Diário Oficial abertura de concorrência para compra de 14 novos bondes.	3
27/09/2012	Casa Civil publica no Diário Oficial abertura de licitação para troca das vias permanentes e aéreas do Sistema de Bondes de Santa Teresa.	4
07/02/2013	Casa Civil informa no DO que o Consórcio Elmo-Azvi é o único concorrente habilitado para a licitação para troca de vias permanentes e aéreas.	5
27/02/2013	Diretoria da AMAST é convidada para uma primeira reunião com Eduardo Macedo, Diretor-Presidente Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL. Em pauta o modelo dos 14 novos bondes que estão sendo construídos.	6
28/08/2013	Diretoria da AMAST é convidada para se reunir com diretoria e engenheiros da CENTRAL e engenheiros do Consórcio Elmo-Azvi, para apresentação do projeto e tecnologia de troca das vias permanentes e aéreas dos SBST.	7
29/08/2013	Diretoria e técnicos ligados a AMAST participam de reunião com engenheiros da CENTRAL e do Consórcio, na Estação da Carioca. Em pauta: a) Informação dos moradores sobre o cronograma e logística da obra / Papel e funções da AMAST; b) Coordenação com CEDAE, CEG, Rio-Águas; c) Recuperação de calçadas e pisos; d) Enterramento de cabos elétricos e telefônicos ao longo da via; e) Fragilidades da encosta.	8
06/09/2013	Segunda reunião de técnicos da AMAST com engenheiros da CENTRAL e Consórcio. Em pauta: aprofundamento dos tópicos discutidos na reunião de 29/08/2013.	9
10/11/2013	CENTRAL distribui no bairro folheto sobre mudança nos roteiros dos ônibus que deve entrar em vigor já no dia seguinte.	10 +11
11/11/2013	Consórcio instala portões no alto da Rua Muratori e no Largo do Curvelo, fechando a Rua Joaquim Murтинho e transformando-a em canteiro confinado.	12
23/11/2013	Alarmados com as restrições que estão sendo impostas á sua mobilidade e aos acessos à rua e às suas residências, assim com os riscos que a empreitada poderá trazer para a estabilidade da encosta em que vivem, os moradores da Rua Joaquim Murтинho realizam reunião para discutir possíveis encaminhamentos e solicitar reunião com os responsáveis pelas obras. Ata da reunião e e-mail é enviado a Eduardo Macedo pedindo uma reunião urgente com a Central e Consórcio.	13+ 14
02/12/2013	Reunião dos Moradores com Eduardo Macedo, Diretor-Presidente da Central e engenheiros do Consórcio e da CENTRAL para apresentação de sugestões mitigadoras dos impactos que as obras estavam causando em suas vidas. Moradores finalizaram a ata e encaminharam a Eduardo Macedo para revisão.	15 + 16
13/12/2013	Considerando a passividade dos responsáveis pela obra, um engenheiro de segurança ligado à AMAST realiza vistoria e elabora relatório sobre a situação no canteiro da Joaquim Murтинho. O relatório é formalmente entregue ao Consórcio e à CENTRAL	17
19/12/2013	CENTRAL e Consórcio distribuem informativo com cronograma da obra (com data de Novembro), informando que os trabalhos na Joaquim Murтинho deverão estar concluídos em 11 de Março de 2014.	18

04/02/2014	Alarmada com a situação do canteiro e com a provável ocorrência de fortes chuvas, AMAST protocola na CENTRAL carta que alerta para possível desestabilização da encosta. (Essa carta nunca foi respondida.)	19
08/02/2014	Exoneração do Diretor-Presidente da CENTRAL, Eduardo Macedo, que era o único representante do governo a manter contatos (mesmo que informais) com a AMAST. Após seu afastamento, os moradores ficaram sem interlocutores governamentais com os quais pudéssemos dialogar.	20
13/02/2014	Por não ter obtido qualquer resposta da CENTRAL, AMAST protocola no CREA e na GEO-Rio cartas que alertam para irregularidades e riscos potenciais das obras na JM, solicitando medidas cabíveis.	21 + 22
15/02/2014	AMAST distribui informativo sobre o andamento das obras, alertando para falhas de planejamento, atrasos, desrespeito aos direitos dos moradores e riscos para a estabilidade das encostas.	23
16/02/2014	Geo-Rio responde à carta da AMAST informando sobre procedimento administrativo para realização de manutenção de trabalhos de conservação nos muros de arrimo, mas sem fazer referência a outras questões importantes, como, por exemplo, a da inacessibilidade da rede de drenagem após a conclusão dos trabalhos.	24
11/03/2014	O Globo e outras mídias publicam matérias sobre os transtornos desmedidos que as obras estão trazendo e sobre a inquietude dos moradores.	25
18/03/2014	Atendendo solicitação da AMAST, Comissão de Prevenção de Acidente/CAPA do CREA realiza vistoria nas obras da Joaquim Murтинho e informa que irá preparar relatório da vistoria a ser discutido com os responsáveis pelas obras.	n/a
22/03/2014	Constatando que os trabalhos nas ruas Joaquim Murтинho e Carlos Brant estão muito longe de ser concluídas, moradores organizam manifestação contra abertura de novo canteiro de obras na Almirante Alexandrino decidida, sem qualquer consulta e pré-aviso pelos responsáveis pela obra.	26
23/03/2014	Sem outra opção, tendo visto ignoradas e fracassadas todas suas tentativas de estabelecimento de um diálogo horizontal e cidadão com os responsáveis pelas obras, AMAST e moradores da JM e da CM encaminham ao Ministério Público Estadual representação em que solicitam a intermediação da 1ª Promotoria de Tutela do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural para a negociação de um Termo de Ajuste de Condutas que contribua para a finalização - com qualidade e respeito aos direitos dos moradores - das obras de troca das vias permanentes e aéreas do Sistema de Bondes de Santa Teresa que, mantido o ritmo atual, poderão se estender por mais dois anos, interferindo de maneira brutal na vida do bairro.	27 + 28
23/03/2014	Fazendo recurso à força policial e conduzindo tratores e máquinas pesadas contra moradores que tentavam fazer valer seus direitos constitucionais, os responsáveis impõem a abertura de um novo canteiro na Rua Almirante Alexandrino e dão início ao rompimento do calçamento no trecho que vai do Largo do Guimarães à Praça Odilo Costa Neto que, de acordo com o planejamento original, só deveria ser trabalhado uma vez finalizado o trecho, Carioca-Guimarães que está longe de ser concluído.	29 + 30
28/03/2014	Através de sua Portaria 055/2014 – MA Nº 8007 o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro instaura Inquérito Civil Público sobre as obras de reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa	31

OBRAS DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE BONDES DE SANTA TERESA
UMA RETROSPECTIVA DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS MORADORES

A N E X O S

Rio de Janeiro, 06 de Abril de 2014

Acidente com bonde em Santa Teresa deixa mortos e feridos

O Globo

Publicado: 28/08/11 - 0h00

Atualizado: 28/08/11 - 0h00



Bonde descarrila e tomba em Santa Teresa - Felipe Hanower O Globo

RIO - Cinco pessoas morreram e 57 ficaram feridas na tarde deste sábado, depois que um bonde de Santa Teresa descarrilou e tombou quando descia a Rua Joaquim Murinho, na altura do número 273, perto do Largo do Curvelo. Segundo o comandante do Destacamento de Bombeiros do bairro, Fábio Couri, quatro morreram na hora. Uma das vítimas chegou a ser levada ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

Entre os mortos, estava o motorneiro que conduzia o veículo. Segundo testemunhas, ele fazia aniversário neste sábado.

Dezesseis feridos foram levados para o Hospital Municipal Souza Aguiar, no Centro; seis, para o Hospital do Andaraí; e cinco para o Hospital Municipal Miguel Couto, na Gávea. Outros 27 foram levados de ônibus para outras unidades. De acordo com o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Sérgio Simões, o estado de quatro vítimas é grave. Segundo a secretaria municipal de Saúde, alguns feridos precisam ser operados.

- O bonde estava superlotado e naturalmente isso contribuiu para o acidente - afirmou Simões. - A perícia está no local, mas é preciso ressaltar que o acidente aconteceu num lugar delicado, numa descida em curva.

O secretário de Transportes, Julio Lopes, esteve em Santa Teresa à noite e lamentou o acidente, que, segundo ele, representa uma tragédia para o turismo na cidade. Lopes disse que o serviço de bondes no bairro ficará suspenso até que sejam apuradas as causas.

O secretário, que foi vaiado ao chegar no local do acidente, admitiu que o bonde passava por reformas, mas informou que os reparos ainda não tinham sido concluídos. Segundo ele, há informações de que o bonde estaria super lotado.

- A questão da superlotação e do uso inadequado é algo que nos preocupa muito e temos informações preliminares de que o bonde estava muito cheio - disse ele. - Foi uma fatalidade, uma tragédia e teremos transparência na apuração deste caso.

FOTOGALERIA: [Veja mais fotos do acidente](#)

Ao site [G1](#), testemunhas afirmaram que o bonde perdeu o freio. O comandante dos bombeiros disse, porém, que apenas a perícia pode comprovar o que de fato causou o acidente.

O secretário informou ainda que a secretaria de Transporte está em entendimento com o Ministério Público para fazer um TAC (termo de ajustamento de conduta).

- Estamos preocupados com o funcionamento dos bondes há muito tempo, precisamos recuperar e reordenar o seu uso - acrescentou.

Novo sistema de bondes será estendido até o Silvestre

RIO - O secretário estadual da Casa Civil, Regis Fichtner, e o presidente da Companhia estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), Eduardo Macedo, apresentaram, nesta sexta-feira, o projeto de revitalização do sistema de bondes de Santa Teresa e informaram que o edital para a compra de 14 novas composições será publicado na segunda-feira. Os bondes, no entanto, só começarão a operar em meados de 2014. Até lá, o governo pretende modernizar e reformar todo o sistema, incluindo a central, as estações e os trilhos. Uma das novidades é que o sistema será estendido até o Silvestre, onde o passageiro poderá fazer conexão com o trem do Corcovado.

Para proporcionar mais segurança aos passageiros, os novos bondes, por exemplo, terão estribos somente nas extremidades para embarque e desembarque, e mesmo assim com um sistema que recolherá a estrutura para evitar que as pessoas trafeguem em pé. Os investimentos serão de R\$ 110 milhões e o governo ainda não definiu se haverá tarifa diferenciada para o turista.

URL: null

Plantão publicado em 24/02/12 - 11h24 | Atualizado em 24/02/12 - 11h25 | Impresso em 05/04/14 - 11h11

AVISO

CONCORRÊNCIA CASA CIVIL/RJ Nº 3/2012

A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO comunica aos interessados que será realizada no dia **29 de março de 2012**, às **14 horas**, na Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, a licitação por **CONCORRÊNCIA CASA CIVIL/RJ Nº 3/2012**, tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DOS 14 BONDES PARA O SISTEMA DE BONDES DO BAIRRO DE SANTA TERESA - RIO DE JANEIRO/RJ**,

pelo valor máximo de R\$ 47.331.078,34 (quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e um mil setenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

O edital e seus anexos estão disponíveis no portal www.rj.gov.br/web/casacivil, podendo, alternativamente, ser adquirida cópia mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, na Secretaria de Estado da Casa Civil, situada na Rua Pinheiro Machado, s/nº - Palácio Guanabara, Prédio Anexo, 2º andar, Divisão de Compras - Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, no horário das 10 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira. Outras informações através dos telefones 2334-3371/3185. Proc. nº E-12/297/2012.

lot: 1269639



Área do cliente

--	--

Notícias

Estado abre licitação para reestrutura de bondes de Santa Teresa

01/10/2012 | [Rio de Janeiro](#) |

Publicação do G1 de 27 de setembro de 2012

Abertura da concorrência será realizada no dia 13/11/2012, às 10h. Podem participar pessoas físicas e jurídicas.

A Secretaria de Estado da Casa Civil publicou no Diário Oficial desta quinta-feira (27) edital de licitação para a elaboração de projeto executivo e execução das obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa. A abertura da concorrência será realizada no dia 13/11/2012, às 10h, no Prédio Anexo do Palácio Guanabara, na Rua Pinheiro Machado, s/nº, em Laranjeiras. Podem participar pessoas físicas e jurídicas.

De acordo com o edital, os serviços a serem contratados são: substituição da via permanente, reforma geral da rede aérea e reforma da subestação abaixadora retificadora do sistema de bondes de Santa Teresa. A estimativa de custos para a execução das obras é de R\$ 61.895.432,92. O prazo máximo para a conclusão das obras é de 12 meses, a partir da autorização para início, que será expedida em até oito dias úteis a contar da assinatura do contrato.



Sexta-feira, 28 de setembro de 2012 - 10h27 Atualizado em sexta-feira, 28 de setembro de 2012 - 10h27

RJ: sai licitação para sistema de bondes

A estimativa de custos é de R\$ 61.895.432,92; o prazo para a conclusão das obras é de 12 meses.



[Haverá reforma total da via e da rede aérea PEDRO](#)

[KIRILOS / RIOTUR](#)

Do Metro São Paulo noticias@band.com.br

A Secretaria de Estado da Casa Civil publicou no Diário Oficial de ontem o edital de licitação para a elaboração de projeto executivo e execução das obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. A abertura da concorrência será no dia 13 de novembro, às 10h, no Palácio Guanabara, em Laranjeiras.

De acordo com o edital, os serviços a serem contratados são: substituição da via permanente e reforma geral da rede aérea e da subestação abaixadora retificadora do sistema de bondes de Santa Teresa. A estimativa de custos é de R\$ 61.895.432,92. O prazo para a conclusão das obras é de 12 meses.

id: 1440412

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**AVISO****CONCORRÊNCIA CASA CIVIL/RJ nº 5/2012**

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO designada para conduzir a licitação em epígrafe TORNA PÚBLICO que, em reunião realizada no dia 05 de fevereiro de 2013, **RESOLVEU**: 1) **INABILITAR** a licitante o **CONSORCIO BONDES DE SANTA TERESA** por inobservância aos itens: 1.1) 9.3.2 do Edital, tendo em vista que não provou possuir vinculado a si profissional ou profissionais de nível superior -engenheiro civil, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes; 1.2) 9.3.4 do Edital, tendo em vista que não provou possuir no acervo técnico do Consórcio, atestado de execução de obras compatíveis; e 2) **HABILITAR** a Licitante o **CONSORCIO ELMO-AZVI**, por haver atendido na íntegra aos requisitos do Edital; e 3) **MARCAR PARA O DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2013, às 11 horas, na sala 3.C do Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, em princípio, a data para prosseguimento da licitação, abertura do Envelope "B" - Proposta de Preços. Processo nº E-12/300/2012.**

id: 1445787

27/02/2013 – REUNIÃO DA AMAST COM A DIRETORIA DA CENTRAL-LOGÍSTICA

No dia 27 de fevereiro de 2013 fomos convidados, pela primeira vez depois do acidente com o Bonde Nº 10, para um reunião com a diretoria da CENTRAL-Logística. Na sede da empresa, em Copacabana, nos reunimos naquela data, Paulo Saad, presidente, e Jacques Schwarzstein, diretor de transportes da AMAST, com Eduardo Macedo, diretor-presidente e Carolina Vasconcelos, engenheira-chefe da empresa.

O que estava em pauta, naquela época, não eram as obras de troca de trilhos e das vias áreas, mas sim o modelo dos 14 novos bondes que seriam produzidos pela empresa T-Trans, contratada para este fim. O governo queria bondes fechados e nós defendíamos bondes abertos, referenciados no modelo dos bondes históricos.

Foi uma reunião informal, de pauta aberta e sem ata. Eduardo Macedo acenou com a possibilidade de um compromisso.

Na verdade, tratava-se de um primeiro gesto de abertura para o diálogo feito após o trágico acidente da Joaquim Murinho.



27 DE AGOSTO DE 2013 – REUNIÃO DA AMAST COM A DIRETORIA E ENGENHEIROS DA CENTRAL E COM ENGENHEIROS DO CONSÓRCIO

Esta foi a primeira de três reuniões que tivemos com as equipes técnicas da CENTRAL e do CONSÓRCIO, para conversar sobre a melhor maneira de conduzir as obras de troca de trilhos e das vias áreas. Pela CENTRAL, se fizeram presentes o Diretor-Presidente Eduardo Macedo, a Engenheira Chefe Ana Carolina Vasconcelos e vários engenheiros.

Os engenheiros do CONSÓRCIO fizeram uma apresentação genérica em power-point sobre os trabalhos que se pretendia realizar. Os representantes da AMAST, Paulo Saad, Jacques Schwarzstein, Álvaro Braga, Claudia Schuch, Joerg Martens, chamaram pela primeira vez a atenção para a necessidade de se reorganizar previamente as redes da CEDAE, CEG, Rio-Águas, assim como para a oportunidade que se abria de enterrar os cabos elétricos e de telefonia, eliminando, assim uma grande parte dos postes que dificultam a mobilidade dos moradores nas estreitas calçadas do bairro. Falou-se também na importância de se manter o calçamento em paralelepípedos e na vulnerabilidade das encostas onde as obras seriam realizadas.

Foi uma reunião informal, sem pauta e sem ata, introdutória da reunião técnica que aconteceria, no dia seguinte.



ANEXO 8



CENTRAL

Sistema de Bonde de Santa Teresa Reunião com a presença da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMAST)

minuta

Reunião de quinta 29/08/2013, às 14 horas
Carioca

fatos anteriores

- HSR: na reunião de 28ago2013 (Casa Civil), abordada a questão do projeto do novo bonde e da destinação dos bondes existentes; das vias; dos sistemas, da rede aérea; da progressão do canteiro de obra na via (canteiros dinâmicos de 600 m cada, com consecução de 40 m lineares diários de obra)
- após proposição inicial de 40 metros lineares de produção diária com 1 equipe, acertada marca de produção de 25 m lineares por frente em 3 frentes, totalizando 75 m por dia

metodologia construtiva

- AOS: caixa de passagem do Largo do Guimarães: Interação com concessionárias em geral, para se permitir que redes diversas sejam enterradas numa só obra | proposta mais ampla, cujo embrião pode ser exatamente a intervenção para a 'limpeza' visual do Largo do Guimarães, de se confinar o cabeamento aéreo indesejado (energia elétrica, iluminação pública e telefonia) sob as lajes de concreto que suportarão a via permanente do sistema de bondes
- AOS: posteamto previsto em concreto armado | concessionárias a serem chamadas para que se pronunciem, visando a se racionalizar a nova situação nas calçadas | alerta dado na reunião semanal das terças da O/COR (Comissão de Coordenação de Obras e Reparos em Vias Públicas), órgão da Secretaria Municipal de Conservação
- HSR + MJCP: percepção geral de que deve existir a intermediação da Secretaria Estadual da Casa Civil para liderar a abordagem, em função do peso político necessário à garantia de persuasão dos envolvidos para uma ação conjunta
- MJCP: concessionárias envolvidas nos remanejamentos de rede pretendidos são quase todas de âmbito federal, problema que reforça a ideia do apoio da Casa Civil no processo de negociação
- aspectos estéticos (excesso de postes), históricos (características arquitetônicas específicas de Santa Teresa) e de acessibilidade (estrangulamento da calçada impedindo a plena locomoção de cadeiras de rodas e carros de bebê e compras)
- JS: lembrada a livre circulação prevista em lei, que precisa ser preservada | AMAST a propor ação popular com relação à acessibilidade dificultada pela conformação incorreta do posteamto

- JS: proposta de um 'caminho do pedestre', com a criação de uma calçada livre de postes de um mesmo lado da rua, como forma de satisfazer a condição de acessibilidade
- JS, visando à Prefeitura: proposta de utilização dos trechos longos de muros e contenções nas vias em geral para a implantação de vagas oficiais de estacionamento, eliminando-se a calçada e deslocando-se a passagem de pedestres para o lado oposto
- CLLN: especificação de postes no padrão Light, 400 daN, 9 metros, diâmetro de base 45 cm
- POS: mencionados postes 15/18, com anel de ½" de aço na base, praticamente sem risco de oxidação e livrando boa passagem | problema de serem de confecção quase artesanal
- CLLN: bonde compartilha sustentação da rede com a Light | 78 postes envolvidos, sendo 39 a substituir e 39 a instalar
- HSR: lembrada a padronização de posteamento para sistemas de bonde, com distância padrão entre elementos de 20 ou 30 metros (em ferrovia a cada 80 m, mantendo-se 60 m nos trechos em curva)
- AOS: trilhos, máquina curvadora e AMVs chegando em 25set2013 (aproximadamente)
- AOS: frentes de obra | 1ª da Carioca à Portinha; 2ª da Portinha a Francisco Muratori; 3ª da Francisco Muratori ao Curvelo, abrangendo a chave do Almirante (desvio no meio do trecho da Joaquim Murtinho)
- AOS: trecho da Portinha até a Praça Odylo Costa Neto pronto até 31jan2014 | Joaquim Murtinho (toda) e Almirante Alexandrino (do Curvelo até o Largo do Guimarães) com as 2 linhas | do Guimarães até a Praça Odylo, 1 linha
- POS: questão da descida da Muratori, em reta ou zigue-zague | explicação de que, com as características do novo sistema (trilho bilabiado, bonde com tecnologia moderna, refazimento da pavimentação), o trecho em reta pode ser mantido | ainda dúvida quanto a ter-se a Muratori como novo ponto de integração, considerando-se a existência da Carioca como o local por excelência para tal
- Joaquim Murtinho: estimativa de 60 dias de tempo total de intervenção
- início de obra previsto para 1º de outubro

planos de contingência

- POS: lembrança da experiência do Carnaval, com relação a acesso (subida e descida) e deslocamento em Santa Teresa | particularidades de trechos como Joaquim Murtinho, Curvelo a Bar do Arnaudo e Guimarães
- compromisso de minimização de problemas: Prefeitura a ser convencida a excluir a obra do bonde da proibição de atividades no período próximo do Natal e do Ano Novo (normalmente, a O/COR paralisa todas as obras da cidade, exceto as emergenciais, nas semanas entre 15 de dezembro e 5 de janeiro) | caracterizar a excepcionalidade (mesmo caso do transporte de material pela Ponte Rio - Niterói) e a necessidade da manutenção do ritmo dos trabalhos | importante angariar a compreensão do comércio local afetado
- POS: necessidade de engajamento também da Guarda Municipal ao processo, no âmbito da Prefeitura, além da CET-Rio (Engenharia de Tráfego) e da SMTr (serviço de transporte coletivo por ônibus)
- Prefeitura também permitindo horário de trabalho mais dilatado, mesmo que causando pequeno desconforto aos moradores em termos de movimentação de equipamentos e ruído (lembrada a Lei do Silêncio, que restringe barulho após as 22 e antes das 6 horas) | primeira ideia de se permitir trabalho livre entre as 8 e as 17 ou 18 horas
- estacionamento: questões dos carros de moradores impedidos de acessar suas garagens e dos que não têm vaga e estacionam na rua; e dos carros de fora do bairro (para estes, inibição, se não do acesso, ao menos do estacionamento,

- colbindo especialmente o feito de modo irregular)
- vans: para complementar pequenos trechos deixados de cobrir pelas linhas convencionais de ônibus, com as obstruções das vias
- ônibus: consórcio propõe reunião com a Prefeitura (além da presença nos fóruns da O/COR), com AMAST participando, de modo a se obter alguma proposta quanto às modificações nas linhas regulares que servem a região para ser discutida numa próxima reunião envolvendo a CENTRAL
- criação de um veículo de comunicação impresso (boletim), informativo do ritmo dos trabalhos, para distribuição aos moradores e comerciantes de Santa Teresa | informação como ferramenta de aproximação da população, mostrando os benefícios finais da obra

ações futuras

- nova reunião a ocorrer na **sexta, 06set2013, às 10 horas**, sobre o assunto
- comissões de fiscalização e de obra, da CENTRAL e da AMAST, como pontos de apoio para contatos bilaterais | AMAST a apresentar os seus 3 nomes envolvidos (Sérgio Amaral e mais dois, AMAST a confirmar nomes completos, telefones de contato e correios eletrônicos)
- AOS: obtendo a licença para o primeiro trecho da obra
- reunião entre CENTRAL, Casa Civil e AMAST a ser agendada para breve
- reunião com moradores de Santa Teresa a ser programada para momento apropriado, entre os dias 24 e 25 de setembro, com a presença da Diretoria da CENTRAL, nas dependências da companhia (proposto o auditório de Copacabana)

...

AOS | André Oliveira Soares | consórcio
CLLN | CLÁUDIO Luís Lopes do Nascimento | CENTRAL
HSR | HÉLIO Suêvo Rodriguez | CENTRAL
JS | JACQUES Schwartzstein | AMAST
MJCP | MÁRIO JORGE Cunha Paes | CENTRAL
POS | PAULO Oscar Saad | AMAST

ANEXO 9

06 de Setembro de 2013 – Segunda reunião técnica da AMAST com engenheiros do Consórcio Elmo-Azvi e da CENTRAL

Local: Escritório do Consórcio na Estação da Carioca

RESUMO

Na sequência da primeira reunião de 28 de agosto, levantamos novamente as pautas da reunião anterior:

- Necessidade de se coordenar as obras do bonde com obras de outras concessionárias, CEG, CEDAE, Rio-Água, Light e telefônicas diversas;
- Necessidade de um projeto para a restauração das calçadas ao longo da obra;
- Necessidade de se levar em consideração, no projeto das obras, a vulnerabilidade das encostas de Santa Teresa.
- Sugestão de aproveitamento da realização da obra para recompor os pisos originais de paralelepípedos que, no passado, foram cobertos por asfalto (retirada do asfalto);
- Sugestão de aproveitamento da realização da obra para conversão das redes aéreas pra subterrâneas; substituição dos postes de cimento (de diâmetro maior) por postes de ferro (de diâmetro menor);
- Realização de uma audiência pública, no bairro, para apresentação aos moradores, do projeto de reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa;
- Implantação de um Centro de Informação na Estação do Curvelo
- Necessidade de um diálogo contínuo com os moradores.
- Necessidade de se respeitar o descanso dos moradores.
- Garantia de acesso às residências
- Garantia de estacionamento alternativo para os moradores.

O Consórcio e a CENTRAL nunca finalizaram a ata desta reunião. Se finalizaram, não tiveram o cuidado de entrega-la à AMAST.

Interdições para as obras do bonde de Santa Teresa começam nesta segunda

Previsão é de que eles voltem a circular no bairro em junho

Rafael Galdo

RIO - Mais de dois anos após o acidente com o bonde de Santa Teresa, que deixou seis mortos em agosto de 2011, o estado anunciou para a semana que vem o início das obras de substituição dos trilhos e da rede área do transporte nas ruas do bairro. A partir de segunda-feira, haverá interdições e mudanças de mão em vias da região, além de alterações nos itinerários dos ônibus. No dia seguinte, começam as obras. E, em junho de 2014, os bondes devem voltar a circular, informou nesta sexta-feira o subsecretário estadual de Projetos Especiais da Casa Civil, Rodrigo Vieira. Mas, até lá, durante os períodos de verão e carnaval, moradores e turistas terão de conviver com as intervenções.

A primeira etapa de obras vai acontecer até março de 2014, no trecho da Rua Joaquim Murtinho, entre os Arcos da Lapa e a Praça Odylo Costa Neto. Já de março a junho do ano que vem, a reestruturação acontece da Odylo Costa Neto ao ponto Dois Irmãos, próximo ao Morro dos Prazeres. E, no segundo semestre de 2014, no trecho do Silvestre, onde o bonde já estava desativado antes mesmo do acidente. O traçado completo terá cerca de 10 quilômetros.

— Em março, iniciaremos os testes com os bondes na Joaquim Murtinho. Em junho, os bondes voltam a rodar do Largo da Carioca ao Dois Irmãos — afirmou Rodrigo Vieira, ressaltando que o novo desenho dos bondes será apresentado em breve. — O modelo já foi definido, encaminhado e aprovado pelo Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural). O bonde vai ao encontro das reivindicações dos moradores, preservando a segurança do sistema.

A primeira etapa de obras ocorrerá em fases. Na inicial, a partir de segunda-feira, serão interditados, por quatro meses, os 1.200 metros da Joaquim Murtinho entre os números 40 e 1.033. Será fechada ainda a Rua Francisco Muratori, entre as ruas Silvio Romero e Joaquim Murtinho, onde esta semana começou a ser instalado o canteiro de obras. Já na primeira quinzena de dezembro, as intervenções chegam ao trecho da Joaquim Murtinho entre os Arcos da Lapa e a Francisco Muratori.

Como a Joaquim Murtinho é o caminho de subida e descida do bairro para a maioria dos ônibus que circulam por Santa Teresa, as linhas 006 (Silvestre-Castelo), SN006 (Santa Teresa-Castelo), SE006 (Silvestre-Castelo), 007 (Silvestre-Central), 014 (Paula Matos-Castelo) e SE014 (Paula Matos-Castelo) terão seus itinerários modificados. Elas passam a subir Santa Teresa pela Rua Monte Alegre e descer pelas ruas Dias de Barros, Hermenegildo de Barros e Cândido Mendes, acessando a Glória.

Por conta das interdições, acontecerão ainda mudanças viárias em outras ruas do bairro. A Monte Alegre passará a funcionar em mão única, em direção a Santa Teresa, da Rua do Riachuelo à Rua Paschoal Carlos Magno. Já a Hermenegildo de Barros terá sentido único, para a Glória, da Ladeira de Santa Teresa à Rua Cândido Mendes. Enquanto a Rua Bernadino dos Santos operará no sentido Cândido Mendes, da Rua Dias de Barros à Cândido Mendes.

Diretor de transportes da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Jacques Schwarzstein comemorou o início das obras. Segundo ele, no entanto, ainda há dúvidas cruciais. A primeira, sobre o modelo do bonde. O último apresentado (fechado e com capacidade de passageiros reduzida), disse, foi rejeitado pelos moradores. Outro questionamento é quanto ao destino dos bondes produzidos em 2008 e aposentados após o acidente de 2011. Além disso, afirmou ele, a população não foi informada com antecedência sobre as mudanças:

— Só hoje à tarde começaram a entregar panfletos com as alterações dos itinerários dos ônibus. Mesmo assim, os folhetos não continham, por exemplo, as informações de mudança de mão em ruas como Monte Alegre e Hermenegildo de Barros.

Nesta sexta, quem passava pela escadaria próxima à Rua Francisco Muratori, onde está armazenada parte dos novos trilhos que serão instalados, se perguntava ainda sobre o que aconteceria. Muitos diziam não saber que as interdições começariam já na segunda-feira. Para tirar dúvidas dos moradores, no entanto, o subsecretário Rodrigo Vieira informou que haverá uma equipe de atendimento, das 7h às 17h, nos pontos de obra.

Na primeira etapa, depois da Joaquim Murinho, as obras ocorrem a partir da segunda quinzena de janeiro de 2014 entre o Largo do Curvelo e o Largo do Guimarães, com duração de 45 dias. No Largo do Guimarães, as intervenções acontecem na primeira quinzena de fevereiro, com prazo de 30 dias. E, na Almirante Alexandrino, a partir do Largo do Guimarães em direção ao Largo do França, em março. Com isso, a estrutura do carnaval no bairro será modificada. E blocos que desfilam em Santa Teresa podem ter o trajeto modificado.

Todo o projeto de reestruturação dos bondes custará R\$ 110 milhões. Desse valor, a reestruturação de trilhos e de rede elétrica consumirá R\$ 60 milhões, e outros 40 milhões serão destinados à compra de 14 novos bondes.

URL: <http://glo.bo/17j2lra>

Notícia publicada em 8/11/13 - 12h00 | Atualizada em 8/11/13 - 22h45 | Impressa em 05/04/14 - 18h51

Os itinerários das LINHAS 006, 007 e 014 e seus serviços serão alterados em Santa Teófilo. Devido a interdição completa da Rua Joaquim Murtinho, a SUBIDA e DESCIDA ocorrerão por outras vias: **ANEXO 11**



SUBIDA:

Com a interdição da subida pela R. Joaquim Murtinho, o novo itinerário de todas as linhas será:

R. Gomes Freire, Av. Francisco Muratori, R. Silvio Romero, R. Riachuelo, R. do Lavradio, R. Mem de Sá, R. Washington Luiz, R. Carlos Sampaio, R. Tadeu Kosciusko, R. Riachuelo, R. Monte Alegre.

As Linhas 006 e 007 seguem para o Silvestre via Largo dos Guimarães e Largo do Curvelo. A linha 014 vai direto para a R. Paula Matos (Largo das Neves)



DESCIDA:

Na volta, todas as linhas para o Centro passam pelo Largo dos Guimarães e do Curvelo e farão o seguinte itinerário:

Rua Dias de Barros, Rua Hermenegildo de Barros, Rua Cândido Mendes, Rua da Glória, retorno no Quilisque das Flores, Av. Augusto Severo, Rua Teixeira de Freitas, Rua Mem de Sá e retomam os itinerários normais pela Rua do Lavradio para o Centro.

JOAQUIM MURTINHO: RUA RESIDENCIAL TRANSFORMADA EM CANTEIRO CONFINADO

11/11/2013 – O CONSÓRCIO FECHA COM PORTÕES UM TRECHO DE RUA RESIDENCIAL DE 1 200 METROS. A PARTIR DESTA DATA É ELE QUEM DECIDE QUAIS SÃO OS VEÍCULOS QUE ENTRAM E SAEM.



PARA OS TRABALHADORES, USO OBRIGATÓRIO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA. E PARA OS MORADORES?



SITUAÇÕES QUE PODERIAM SER CONSIDERADAS NORMAIS EM UM CANTEIRO DE OBRAS, NÃO SÃO TOLERÁVEIS EM UMA RUA RESIDENCIAL QUE FOI TRANSFORMADA EM CANTEIRO CONFINADO.

O PIOR DE TUDO É QUE, POR CONTA DE EVIDENTES FALHAS DE PLANEJAMENTO, AS OBRAS SE ARRASTAM E SE ATRASAM. UM TRECHO QUE DEVERIA TER SIDO TERMINADO EM 4 MESES, APÓS 5 MESES ESTÁ MUITO LONGE DE SER CONCLUÍDO. E OS MORADORES? COMO FICAM?

Reunião dos Moradores da Rua Joaquim Murтинho e adjacências

Pauta: o impacto das obras do bonde – dúvidas e propostas de encaminhamento

Data: 23 de novembro de 2013

Horário: 10 horas

Local de realização: Rua Joaquim Murтинho, 641 (auditório da Casa das Religiosas de Maria Imaculada)

Participantes: 58 pessoas assinaram a lista de presença (documento anexo)

Antecedentes: o cenário

A recuperação do sistema de bondes é uma luta histórica dos moradores de Santa Teresa e a notícia do início das obras foi comemorada pelo bairro. No entanto, a forma de realização da obra, a falta de informação e transparência sobre o projeto e o cronograma de execução têm gerado grande preocupação entre aqueles que moram na Rua Joaquim Murтинho, que é o primeiro trecho interditado pelo Consórcio Elmo/Azvi.



No dia 11 de novembro os moradores da Joaquim Murтинho foram surpreendidos pela transformação da rua em canteiro de obras e desde então os problemas são crescentes: cerceamento no direito de ir e vir imposto pelo bloqueio no acesso às residências e garagens, mudança no percurso dos ônibus, informações contraditórias sobre a circulação e o estacionamento de automóveis na rua, falta de coordenação dos serviços públicos como a coleta do lixo e os correios, queda de pedestres que tropeçam nas telas de proteção da obra, aumento do número de assaltos e furtos, principalmente na escada entre a Joaquim Murтинho, o alto da Francisco Muratori e a Sílvio Romero, dentre outros. As iniciativas disponibilizadas pelo Consórcio para minimizar esses impactos negativos são consideradas insatisfatórias ou inadequadas, sobretudo quando comparadas a outras obras de troca de trilhos efetuadas no passado, em que a interdição não foi necessária.

Diante desse cenário, os moradores da Joaquim Murtinho organizaram um abaixo assinado solicitando um encontro para esclarecimentos com a coordenação do projeto de recuperação do sistema de bondes de Santa Teresa que foi encaminhado à Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMAST) e realizou no último dia 23 de novembro uma reunião preparatória para esse encontro, onde foram definidos os seguintes pontos para elucidação e medidas a serem implementadas:

1. Informações detalhadas e consistentes sobre o projeto, o planejamento e o cronograma de execução da obra, aspectos que mexem com o cotidiano e cujo resultado é do interesse de todos:

- 1.1. Estudo ou laudo técnico do impacto sobre a encosta, que é íngreme, com vários trechos de arrimo para a contenção de deslizamentos e onde vários prédios são construídos sobre o sistema de pilotis. Os moradores têm dúvidas se a região tem capacidade para suportar o impacto das obras, dos equipamentos pesados e do concreto armado que irá substituir os dormentes.
- 1.2. Estudo de impacto ambiental, pois a área está dentro da APA de Santa Teresa.
- 1.3. Detalhamento do projeto como um todo, incluindo as intervenções que serão realizadas, os materiais que serão utilizados, o tipo da pavimentação que será adotado neste trecho.
- 1.4. A execução da obra: cronograma detalhado com aviso prévio para os períodos de interdição total e fechamento do trânsito para moradores, carros e caminhões de entrega, circulação de taxi para o atendimento de moradores; razões técnicas que justificam a necessidade de quebrar a rua toda em detrimento da realização por lotes ou trechos de até 100 metros; organização do canteiro de obras e a necessidade de uso da rua para acomodação dos paralelepípedos; possibilidade para ter controladores de trânsito orientando o fluxo de subida e descida (pare e siga).
- 1.5. Cadastramento efetivo de veículos, moradores e visitantes.
- 1.6. Plano para o atendimento dos moradores em situações de emergência, tais como acesso à ambulância, bombeiros e demais serviços públicos.

2. Segurança – com o crescimento do índice de assaltos de pedestres depois da interdição da rua, os moradores entendem que é preciso:

- 2.1. O patrulhamento 24 horas dos acessos à Rua Joaquim Murtinho, especialmente nos pontos finais da van, que foi disponibilizada pelo Consórcio para o transporte de moradores.
- 2.2. Viaturas policiais circulando durante dia e noite são fundamentais.
- 2.3. Câmeras de segurança para monitoramento, ligadas à Central de Polícia.
- 2.4. Melhoria da iluminação da rua, de modo a inibir assaltos.
- 2.5. Início de uma campanha de segurança comunitária através do uso de apitos pelos moradores.

3. Acesso: garantias do direito de ir e vir

- 3.1. Garantias para o acesso dos moradores aos prédios e garagens, atualmente vários números estão fechados por tela e entulhos, sendo necessárias a colocação de rampas de acesso e liberação das entradas.
- 3.2. Liberação de áreas para o estacionamento dos veículos cadastrados de moradores, já que o número de vagas em garagem é reduzido.
- 3.3. Liberação de áreas para manobra e recuo de veículos, para evitar acidentes quando do cruzamento na subida e descida.

4. Transporte público e deslocamento de moradores: foram apresentadas duas possibilidades neste ponto

- I. **Aumento do percurso e do número de vans**
 - Colocação de duas vans alternando o percurso de subida e descida de forma intermitente, pois o tempo

de espera tem chegado a 25 minutos;

- Extensão do trajeto da até o último ponto da Avenida Gomes Freire ou o começo da Rua Francisco Muratori, em frente à loja de bicicletas, pois atualmente a maioria dos moradores tem feito à pé o percurso entre o alto da Muratori e a Riachuelo, aumentando à vulnerabilidade para os assaltos;
- Adaptação para entrada na van, a altura dificulta o acesso de idosos, deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida;
- Os motoristas das linhas 006,007 e 014 devem obedecer o novo trajeto, respeitando a "alça" de subida pela Rua Francisco Muratori e descida pela Rua Sílvio Romero, o que e não vem sendo seguido por alguns motoristas.

Ou

- II. **Retorno das linhas de ônibus aos seus trajetos originais**, subindo e descendo pela Joaquim Murtinho. Se a obra for bem organizada isso é possível e viável, em todas as trocas de trilho efetuadas no passado não houve necessidade de interdição e mudança no percurso.
 - Minimiza os problemas de transporte, já que a troca de veículos é considerada um problema, principalmente quando o passageiro está carregando sacolas;
 - Redução do tempo de viagem para os demais moradores do bairro, que foi aumentado em função do percurso, do trânsito e das condições das ruas nas rotas alternativas;
 - Considerar os impactos sobre as ruas do novo percurso de ônibus: os riscos da descida pela Rua Hermenegildo de Barros, ladeira íngreme, estreita, com curvas acentuadas; e o afundamento na Bernardino dos Santos com Cândido Mendes que já levou a sua interdição.

5. Possibilidade de embargo da obra

Durante os debates alguns participantes defenderam a possibilidade de paralização das obras até que os itens sejam esclarecidos e as demandas implementadas, assim como houve propostas de que seja procurada assistência jurídica pelos moradores para exigir mudanças e respeito ao direito de ir e vir dos moradores.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2014

Grupo de Moradores da Rua Joaquim Murtinho, conforme lista de presença em anexo.

Assunto: Solicitação de reunião com os moradores da rua Joaquim Murтинho

De: Anete Ferreira <anete.ferreira@matavirgemcomunicacao.com>

Data: 2013-11-24 22:29

Para: dudamacedo.rj@hotmail.com, eduardomacedo@central.rj.gov.br

CC: Jacques Schwarzstein <amast.jacques@gmail.com>, Graça Almeida <graca.almeida@gmail.com>, Eduardo Almeida <duduribeiro@uol.com.br>, Viviane Codeço <vicodeco@gmail.com>

Prezado Sr. Eduardo Macedo,

Conforme mensagem encaminhada pelo Jacques Schwarzstein, Diretor de Transportes da Amast, os moradores da Rua Joaquim Murтинho realizaram neste último sábado, dia 23 de novembro, reunião para avaliar os transtornos que as obras de recuperação do sistema de bonde de Santa Teresa está provocando em nosso cotidiano. A revitalização dos bondes é uma luta histórica do moradores de Santa Teresa e nós comemoramos o início das obras, mas a forma como ela está sendo realizada é motivo de grande preocupação em todos que vivem neste que é o seu primeiro trecho. **Encontram-se em anexo o documento com a memória da reunião e lista de presença.**

Diante do exposto, solicitamos uma reunião com a coordenação deste projeto para os esclarecimentos do pontos suscitados. Devido aos problemas e dúvidas levantadas sugerimos também a participação de representantes da Prefeitura e da Secretaria Estadual de Segurança.

Nossa sugestão de datas para a reunião: 4ª feira 27/11 ou 5ª feira 28/11

Horário: e 19:00 horas com duração prevista até as 22 horas

Local: Rua Joaquim Murтинho, 641 (Pensionato das Freiras) - o auditório dispõe de equipamento de som e datashow.

Nos colocamos à disposição para quaisquer informações complementares e ficamos no aguardo da confirmação.

Att

--

Anete Ferreira

+55 21 96391390

— Anexos: —

Lista de presença_23_11_2013.pdf	1,4MB
----------------------------------	-------

Reunião dos Moradores da Rua Joaquim Murтинho e adjacências.pdf	578KB
---	-------

MEMÓRIA DA REUNIÃO DOS MORADORES DA RUA JOAQUIM MURTINHO E ADJACÊNCIAS COM O COMANDO DAS OBRAS DO BONDE (Eduardo Macedo, Ana Carolina Vasconcelos e Engenheiros da CENTRAL e Consórcio)

Data: 02 de dezembro de 2013

Horário: 17 horas

Local de realização: Rua Joaquim Murtinho, 641 (auditório da Casa das Religiosas de Maria Imaculada)

Participantes: 65 pessoas assinaram a lista de presença.



Antecedentes:

No dia 11 de novembro, as obras do bonde foram iniciadas pela Rua Joaquim Murtinho, a despeito de mais de 2 anos de espera, não houve preparação ou informação aos moradores sobre o projeto, o plano de execução e o cronograma detalhado. A instalação do canteiro de obras impôs sérias mudanças no trânsito de Santa Teresa, alterou percurso das linhas de ônibus, afetou duramente a rotina dos moradores dessa área do bairro, colocando em risco o deslocamento de pedestres e automóveis, inclusive com ocorrência de acidentes.

Através da AMAST, os moradores da Rua Joaquim Murtinho organizaram um abaixo assinado para solicitar uma reunião de esclarecimentos com o comando da obra, que teve a adesão de quase 400 pessoas. No dia 23 de novembro realizaram um encontro preparatório, do qual participaram 53 moradores, sendo definidos os temas que precisavam de esclarecimentos, apontadas sugestões para minimizar os problemas gerados e indicadas duas datas possíveis para a reunião. Essa pauta foi enviada ao presidente da Central, empresa pública vinculada a Secretaria

Estadual de Transporte, que é responsável pelo projeto e pela fiscalização das obras do Consórcio Elmo/Azvi. No dia 07 de novembro, o Sr. Eduardo Macedo (presidente da Central) confirmou a reunião para o dia 02 de dezembro às 17 horas, justificando-se que as datas sugeridas pelos moradores não dava o tempo necessário para sistematizar todas as informações e preparar as respostas. A reunião com o comando de obras e os moradores da Rua Joaquim Murtinho foi marcada por intensos debates, nem todos os pontos da pauta foram esclarecidos de forma satisfatória, em especial a questão do projeto técnico e os estudos de impacto ambiental e sobre a encosta; mas houve avanços em aspectos que podem melhorar significativamente a organização do canteiro de obras, o controle do trânsito e o serviço de transporte oferecido pela van.

1. Projeto técnico da obra, licenças e estudos

- 1.1. O projeto não foi apresentado em sua integridade. O engenheiro da Central prestou esclarecimentos técnicos sobre o novo sistema de trilhos que será assentado sobre uma base contínua de concreto com 20 cm de altura e largura de 2 m em cada lado da rua, essa “laje” substituirá os dormentes e, conforme afirmou, manterá o nivelamento em paralelo e garantirá maior durabilidade aos trilhos.
- 1.2. No revestimento da rua serão utilizados os mesmos paralelepípedos atuais. O engenheiro da Central garantiu que a compactação, entre as duas bases de concreto no meio e nas laterais da rua, será resistente à trepidação do trânsito, portanto, não mais ocorrerão ondulações no calçamento;
- 1.3. Licenças e estudos, o engenheiro do Consórcio informou que:
 - A obra foi autorizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) e que não há necessidade de estudo de impacto ambiental ou sobre a encosta, mas que a partir da demanda dos moradores, já foi solicitada a Geo-Rio uma avaliação nesse sentido;
 - O Consórcio realizou uma filmagem das edificações ao longo da rua Joaquim Murtinho para fazer o acompanhamento de quaisquer problemas que venham a surgir com as obras;
- 1.4. Impactos sobre as construções da rua: foi sugerido e acatado pela Central e Consórcio, que os moradores fotografassem a fachada de seus imóveis, preferencialmente tendo o registro de data na imagem, levassem duas cópias ao contêiner de “cadastro de moradores” para protocolar e assim precaver por eventuais problemas que venham a surgir.

2. Cronograma da obra

- 2.1. A Central informou que não haverá execução das obras em trechos simultâneos na Joaquim Murtinho, a exceção dos dois extremos da rua, entre o Curvelo e a altura do nº 500, e da Portinha até o encontro com a Francisco Muratori, iniciado em 02/12; a obra será realizada integralmente de um lado da rua, para depois iniciar o outro lado.
- 2.2. Ficou definido que o Consórcio irá elaborar e a Central disponibilizará aos moradores 2 cronogramas, um de longo prazo com o planejamento total das obras e outro semanal, com a previsão dos horários de interdição total e a interrupção do trânsito;
- 2.3. Foi informado que as obras serão realizadas de 2ª a 6ª feira entre 7 e 17 horas e aos sábados entre 7 e 14 horas, que não haverá atividades aos domingos ou fora dos horários indicados.

3. Organização do canteiro de obras e controle do trânsito

- 3.1. O Consórcio se comprometeu a estudar e implementar um novo mecanismo para armazenamento dos paralelepípedos, o que deverá facilitar a criação de pontos de fuga para o cruzamento de automóveis, parada de carros de serviços (carga/descarga, embarque/desembarque de passageiros) e também a circulação dos pedestres;
- 3.2. O Consórcio informou que para o funcionamento dos rádios comunicadores entre os controladores de trânsito fez-se necessária a instalação de uma antena repetidora, o que deve acontecer no dia 03/12, tão

logo isso se resolve será implantando o controle pelo sistema de “pare e siga”, com operação nas duas cancelas e no ponto central do trecho em obra;

3.3. O Consórcio orientou que os moradores de carro procurem usar, preferencialmente, o acesso pela Francisco Muratori, para subir ou descer.

4. Situações de emergência

4.1. Foi sugerida a colocação de sirenes para alerta em casos de emergência e disponibilização de um número de telefone **único** para contato dos moradores com os controladores de trânsito, que liberariam imediatamente a passagem de ambulâncias, bombeiros, etc; mas não houve decisão a este respeito;

4.2. Foi informado que a Central está preparando um informativo detalhado sobre as obras e vai incluir um número de telefone para ser utilizado nessas situações.

5. Transporte dos moradores

5.1. Foi descartada a possibilidade da volta das linhas de ônibus na Joaquim Muratinho antes do final das obras na rua, segundo o Consórcio isso iria criar ainda mais tumultos no trânsito;

5.2. Sobre a ampliação do percurso da van até Lavradio/Gomes Freire/Francisco Muratori: Consórcio informou que a limitação ao alto da Francisco Muratori era uma imposição da Transurb (empresa de ônibus) e a mudança deveria ser autorizada pela Prefeitura ; o administrador municipal da RA Santa Teresa informou que essa questão já está sendo analisada pelos órgãos competentes (Rio Onibus e CET Rio) e que foram enviados os ofícios solicitando a autorização. No entendimento dos moradores, a ampliação do percurso da van minimiza os problemas no deslocamento dos moradores da Joaquim Muratinho, que não precisariam mais subir ou descer à pé a ladeira da Sílvia Romeiro ou se submeter à baldeação com o ônibus e o pagamento de duas passagens quando da integração com outra linha na Lapa; e essa mudança reduz também o tempo das viagens das linhas de ônibus que atendem ao bairro.

5.3. Os moradores defendem que é preciso duas vans para o atendimento adequado, em termos do tempo de espera, uma subindo e outra descendo; reconhecem que isso só é viável com a organização do canteiro de obras e a implementação do controle de trânsito com o “pare e siga”; e reivindicam a adequação das vans, para garantir a acesso de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Assunto: Memória da reunião do dia 02/12

De: Anete Ferreira <anete.ferreira@matavirgemcomunicacao.com>

Data: 2013-12-04 21:07

Para: EDUARDO MACEDO <dudamacedo.rj@hotmail.com>,

"eduardomacedo@central.rj.gov.br" <eduardomacedo@central.rj.gov.br>

CC: "anacarolina@central.rj.gov.br" <anacarolina@central.rj.gov.br>,

Jacques Schwarzstein <amast.jacques@gmail.com>, Graça Almeida

<graca.almeida@gmail.com>, "arnaldoancora@globo.com"

<arnaldoancora@globo.com>, Viviane Codeço <vicodeco@gmail.com>,

Eduardo Almeida <duduribeiro@uol.com.br>

Prezado Eduardo, boa noite

Conforme combinado, segue em anexo o arquivo com a memória da nossa reunião realizada no dia 02 de dezembro. Foi um debate tenso, ânimos acirrados, cobranças duras, algumas expectativas frustradas, mas o balanço final é muito positivo, porque estabelecemos consenso sobre pontos importantes e abrimos a fase do diálogo e da informação, que esperamos se mantenha.

Será muito importante que os pontos acordados sejam cumpridos no menor prazo possível, isso permitirá estabelecer um ambiente de confiabilidade e de cooperação, que é importante nesse caso. E, como você ressaltou diversas vezes ao longo da reunião, são demandas factíveis e pertinentes, que necessariamente não representam custos, mas ajustes, organização e mudanças de procedimentos:

1. **Ampliação do percurso da van**, isso vai facilitar imensamente o deslocamento dos moradores e garantir alguma rotina na vida das pessoas, especialmente daqueles que têm problemas de mobilidade; mas

também pode encurtar o trajeto das linhas de ônibus, com benefício para todos os moradores de Santa Teresa.

2. **Organização do canteiro das obras em especial o armazenamento dos paralelepípedos;** isso vai permitir a criação de áreas de escape de carga e descarga em frente aos prédios, ultrapassagem entre os carros, e garantia do acesso livre para prédios e garagens; esse inclusive é um aspecto que já está sendo melhorado, o pessoal do Consórcio já está fazendo mais passarelas.
3. **O controle do trânsito com o "pare e siga" nos portões e meio do canteiro de obras:** isso vai diminuir os travamentos na rua, dar mais tranquilidade aos motoristas e também aos pedestres.
4. **Publicação do cronograma de obras total e semanal,** com previsão dos horários de interdição total.

Esses pontos não resolvem tudo, mas facilitam muito! E, paralelamente, com tranquilidade, tratamos dos aspectos técnicos que preocupam no médio e longo prazo, que são os estudos de impactos e as licenças.

Att

--

Anete Ferreira

+55 21 96391390

Atenção: passei a utilizar o e-mail

anete.ferreira@matavirgemcomunicacao.com,

por favor, atualize seu cadastro.

—Anexos: _____

MEMÓRIA DA REUNIÃO DOS MORADORES DA RUA
JOAQUIM MURTINHO E ADJACÊNCIAS COM O COMANDO
DAS OBRAS DO BONDE.pdf

331KB

Relatório de inspeção

Obra: Recuperação do sistema de bondes de Santa Teresa
 Local: Rua Joaquim Murтинho, Santa Teresa, Rio de Janeiro-RJ
 Executante: Consórcio Elmo-Azvi
 Gerente da Obra: Sr. Angel
 Técnico de Segurança do Trabalho: Sr. Robson

Em 13 de dezembro, Sérgio Teixeira, Engenheiro de Segurança, na qualidade de morador do bairro de Santa Teresa, parte interessada e impactada pelo empreendimento, buscou informações sobre as questões de segurança e acessibilidade dos moradores durante a execução da obra. Com a permissão do Gerente da Obra, a inspeção foi acompanhada pelo Técnico de Segurança do Trabalho do Consórcio.

Objetivo:

À luz da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, NR-18, foram examinados os itens que se seguem:

1. Sinalizações de Segurança;
2. Organização, Limpeza e Rotas de Fugas;
3. Forma de impedimento de acesso de pessoas estanhas aos serviços – moradores e público em geral.


Problemas pré-existentes:

1. Postes espessos instalados nas calçadas (passeios) estreitas, dificultando acesso de cadeirantes e carrinhos de bebê;
2. Calçadas mal conservadas.

Problemas na instalação do canteiro de obras:

No que se aplica, o empreendimento não atende aos seguintes itens na NR-18:

1. Item 18.27.1 Sinalização de Segurança, em especial as alíneas (a),(b), (c), e (h);

	
<p>Início do trecho de 400 metros de obra com deficiência de sinalização.</p>	<p>Acesso de pedestre de forma inadequada e sem indicação, no Largo do Curvelo.</p>

	
<p>Equipamento operando em área não sinalizada.</p>	<p>Única sinalização de acesso encontrada.</p>

2. Itens 18.29.1 e 18.29.2 Organização, Limpeza e Rota de Fuga;

	
<p>Material de obra armazenado na via.</p>	<p>Material de obra armazenado na via.</p>
	
<p>Área de circulação obstruída.</p>	<p>Ausência de Rota de Fuga e sinalização</p>

Itens 18.30.1 e 18.30.2 Tapumes.

	
<p>Pessoas estranhas aos serviços, circulando pela obra.</p>	<p>Área de circulação de pessoas estranhas aos serviços separada por cerquites.</p>
	
<p>Área de circulação de pessoas estranhas aos serviços separada por cerquites. Acesso prejudicado.</p>	

Considerações finais:

1. No tocante a segurança dos moradores e público em geral, sem prejuízo dos outros itens de segurança apontados que afetam diretamente os trabalhadores da obra, o empreendimento deverá atender ao item 18.30.1 com tapumes fixos e rígidos, isolando efetivamente a obra e garantindo acessos seguros de pessoas estranhas aos serviços;
2. Onde for necessário instalar passarelas ou rampas de acesso, estas devem atender a RTP-04 da FUNDACENTRO, conforme recomendação da NR-18.

NR 18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

18.12.6 Rampas e passarelas.

18.12.6.1 As rampas e passarelas provisórias devem ser construídas e mantidas em perfeitas condições de uso e segurança.

18.12.6.2 As rampas provisórias devem ser fixadas no piso inferior e superior, não ultrapassando 30º (trinta graus) de inclinação em relação ao piso.

18.12.6.3 Nas rampas provisórias, com inclinação superior a 18º (dezoito graus), devem ser fixadas peças transversais, espaçadas em 0,40m (quarenta centímetros), no máximo, para apoio dos pés.

18.12.6.4 As rampas provisórias usadas para trânsito de caminhões devem ter largura mínima de 4,00m (quatro metros) e ser fixadas em suas extremidades.

18.12.6.5 Não devem existir ressaltos entre o piso da passarela e o piso do terreno.

18.12.6.6 Os apoios das extremidades das passarelas devem ser dimensionados em função do comprimento total das mesmas e das cargas a que estarão submetidas.

18.27 Sinalização de Segurança

18.27.1 O canteiro de obras deve ser sinalizado com o objetivo de:

- a) identificar os locais de apoio que compõem o canteiro de obras;
- b) indicar as saídas por meio de dizeres ou setas;
- c) manter comunicação através de avisos, cartazes ou similares;
- d) advertir contra perigo de contato ou acionamento acidental com partes móveis das máquinas e equipamentos.
- e) advertir quanto a risco de queda;
- f) alertar quanto à obrigatoriedade do uso de EPI, específico para a atividade executada, com a devida sinalização e advertência próximas ao posto de trabalho;
- g) alertar quanto ao isolamento das áreas de transporte e circulação de materiais por grua, guincho e guindaste;
- h) identificar acessos, circulação de veículos e equipamentos na obra;
- i) advertir contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for inferior a 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- j) identificar locais com substâncias tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas e radioativas.

18.27.2 É obrigatório o uso de colete ou tiras refletivas na região do tórax e costas quando o trabalhador estiver a serviço em vias públicas, sinalizando acessos ao canteiro de obras e frentes de serviços ou em movimentação e transporte vertical de materiais.

18.27.3 A sinalização de segurança em vias públicas deve ser dirigida para alertar os motoristas, pedestres e em conformidade com as determinações do órgão competente.

18.29 Ordem e Limpeza

18.29.1 O canteiro de obras deve apresentar-se organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias.

18.29.2 O entulho e quaisquer sobras de materiais devem ser regulamente coletados e removidos. Por ocasião de sua remoção, devem ser tomados cuidados especiais, de forma a evitar poeira excessiva e eventuais riscos.

18.30 Tapumes e Galerias

18.30.1 É obrigatória a colocação de tapumes ou barreiras sempre que se executarem atividades da indústria da construção, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços.

18.30.2 Os tapumes devem ser construídos e fixados de forma resistente, e ter altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) em relação ao nível do terreno.

Sérgio Teixeira
Engenheiro de Segurança
CREA-RJ – 47.333-D
(21) 99163-7845

ANEXO 18

Senhores Moradores,

Estamos iniciando a Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa. É uma obra que vai requerer de todos nós muita responsabilidade e determinação.

Queremos construir uma relação de confiança. Por isso, começamos uma pesquisa domiciliar, para saber onde vocês moram, quais as suas necessidades e os impactos das interdições no seu dia-a-dia. Queremos sugestões que possam melhorar nosso atendimento.

A proposta da CENTRAL é realizar a obra com o menor grau possível de transtorno, motivo pelo qual estamos disponibilizando um número telefônico para que vocês, possam nos avisar quando ocorrer algum contratempo.

Sintam-se a vontade para entrar em contato, seja por dúvidas ou sugestões.

Estamos trabalhando para resgatar a história de Santa Teresa.

Nos colocamos à disposição para atender a todos vocês naquilo que for possível.

Eduardo Macedo
Presidente

Ana Carolina Vasconcelos
Diretora de Engenharia e Produção

A OBRA

Esta fase da Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa consiste em: reestruturação da via permanente, reforma da subestação, modernização da rede aérea e aquisição de 14 novos bondes.

EXECUÇÃO DA OBRA

A execução da obra é de responsabilidade do consórcio ELMO/AZVI. A gestão e fiscalização é de responsabilidade das equipes técnicas da CENTRAL.

DURAÇÃO DA OBRA

Até Praça Odylo Costa Neto: Março de 2014

Até o Silvestre e o Largo dos Neves: Novembro 2014

HORÁRIO DE OBRA

De Segunda a Sexta feira, das 7:00 às 17:00h.

Aos Sábados, das 7:00 às 14:00h.

CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS

Nos trechos interditados, não será permitida a circulação de veículos não autorizados. E neste caso, para o deslocamento dos moradores na área, será disponibilizado um sistema de vans.



VANS

Todos os dias, 24h, em um sistema «bate e volta».

ESTACIONAMENTO

Será feito um cadastro dos moradores dos trechos interditados, que receberão um adesivo a ser colado no para-brisa de seu veículo, para poder estacionar em área estabelecida pelo consórcio.

OBS.: Para realizar seu cadastro, o morador deverá comparecer ao canteiro de obras do Curvelo, com os documentos do carro e comprovante de residência.

TRECHOS E PRAZOS



INTERVENÇÕES EM RUAS

Rua Joaquim Murtinho, entre os nº 20 e 1033.

Extensão: 1370m;

Início execução: 12 de Novembro;

Duração prevista: 120 dias.

Rua Francisco Muratori, entre Sílvio Romero e Joaquim Murtinho.

Extensão: 100m;

Início execução: 12 de Novembro;

Duração prevista: 120 dias.

Rua Almirante Alexandrino, entre Curvelo e o Largo dos Guimarães.

Extensão: 470m;

Início execução: 2ª quinzena de janeiro/14;

Duração prevista: 45 dias.

Largo dos Guimarães, as 2 vias.

Extensão: 300m;

Início execução: 1ª quinzena de fevereiro/14;

Duração prevista: 30 dias.

Rua Carlos Brandt. (Pode ser antecipada)

Extensão: 250m;

Início execução: 1ª quinzena de março/14;

Duração prevista: 30 dias.

Rua Almirante Alexandrino, sentido Largo do França.

Extensão: 160m;

Início execução: março/14;

Duração prevista: 15 dias.

ATENÇÃO

Solicitamos aos moradores, que a fim de minimizar os transtornos, o acesso à rua com circulação controlada, seja feito pela cabeceira oposta aquela em que acontecem as obras.

E os principais serviços como ficam?

LIXO

Recolhimento normal

GÁS DE BOTIJÃO

Entrega normal

TÁXI

Somente em situações especiais

ENTREGAS DE GRANDES VOLUMES

Combinar horário no Posto de Atendimento ao Cliente, situado na estação Curvelo

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A administração da Regional negociou com a Rio Luz um acréscimo de iluminação na região da obra.

TRANSPORTE ESCOLAR – Normal



OUVIDORIA DA CENTRAL
Tel.: 2332.6613
de 2ª à 6ª feira das 8:00 às 17:30h.

RECOMENDAÇÕES DA CET-RIO

Com o objetivo de facilitar o fluxo de trânsito e o trabalho dos agentes de tráfego, pedimos a colaboração de todos no respeito à sinalização da proibição de estacionamento no bairro.

Ainda, atenção redobrada à marcação amarela pintada no meio-fio (sinalizações horizontal e vertical) e aos novos pontos de ônibus. Qualquer desrespeito ao presente aviso, estará sujeito a multa e reboque.

Ser cidadão é cuidar da sua rua, do seu bairro e da sua cidade.



SOMANDO FORÇAS



Consórcio



NOVEMBRO DE 2013



Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2014

Ao Senhor
Eduardo Macedo
Diretor Presidente da CENTRAL – Logística
Nesta

Prezado Senhor,

Conforme entendimentos havidos no canteiro das obras na Rua Joaquim Murтинho, venho solicitar atenção de vossas senhorias para as questões seguintes, que refletem nossas preocupações:

1. Como estamos em época de chuvas fortes, enxurradas e deslizamentos, considerando que as valas abertas para a construção da nova via permanente, bem como outros pontos que se tornam vulneráveis à ação das águas, podendo provocar a instabilidade em pavimentos, muros e nas capas de solo que servem de base à rua e aos patamares dos edifícios e casas, tanto a jusante como a montante da rua, estamos muito preocupados com a necessidade de que o canteiro mais amplo - toda a faixa de domínio da rua, incluídas as calçadas (fragilizadas pela escavação sem escoramento) e a ocorrência de irregularidades acentuadas nos pisos, esteja preparado para resistir a uma possível grande concentração de chuva localizada, conforme já ocorreu em anos anteriores, em especial, nos verões de 1966 e 1967, protegendo a integridade da obra, bem como do pavimento remanescente e das redes de infraestrutura.
2. As obras sobre os Arcos da Lapa, na medida em que se trata de um bem tombado, construção muito antiga, de quase três séculos, cuja capacidade de resistir a sobrecarga e a outras consequências das obras pode ser crítico, considerada a possibilidade da eventual ocorrência de microfissuras progressivas e outros danos.
3. As constantes falhas no atendimento às necessidades de circulação e acessibilidade dos moradores, na medida em que as vans circulam com dificuldades face às próprias praticas de execução da obra e outras, causando atrasos constantes, bem como os acessos as residências por cima da via em reconstrução.
4. As constantes falhas no fornecimento de água potável e de energia elétrica, que tem agravado a situação precária da vida cotidiana dos moradores.

Sendo estas as questões que tínhamos a expor neste momento, agradecemos vossa atenção e aguardamos vosso posicionamento.

Atenciosamente
p/p Paulo Oscar Saad, presidente da AMAST



NOTÍCIAS

RIO DE JANEIRO

Estado exonera executivo que enfrentava consórcio das obras dos bondes de Santa Teresa

8/2/2014 13:35

Por Redação - do Rio de Janeiro



A Amast tem realizado uma série de protestos contra os atrasos nas obras do bondinho de Santa Teresa

Moradores do pitoresco bairro de Santa Teresa, no Rio, protestaram em nota, neste sábado, contra a exoneração do presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), Eduardo Macedo, após um embate de meses contra os atrasos nas obras de reinstalação dos bondes, serviço suspenso após a morte seis pessoas, entre elas o motorneiro Nelson Corrêa da Silva, [em agosto de 2011](#). A previsão que o governo Sergio Cabral havia divulgado, ainda em 2013, era de ter os bondes circulando no mês que vem.

– Essas obras não ficam prontas nem em Agosto, portanto, após a Copa do Mundo – afirmou Macedo à reportagem do Correio do Brasil.

Segundo o ex-executivo da Central, a instituição avisou à Casa Civil do governo Cabral que, por uma série de atrasos ocorridos ao longo dos últimos meses, “todos eles devidamente documentados”, disse, os cronogramas previstos nas obras de responsabilidade das empresas Elmo Eletro Montagens e a espanhola Azvi S/A não seriam cumpridos. O consórcio Elmo-Azvi recebeu a dotação orçamentária de R\$ 58.652.407,34 para a instalação dos novos bondes em Santa Teresa. A multa, por atraso nas obras, é estabelecida em 5% do valor do contrato, podendo chegar a R\$ 3 milhões.

– Tanto a Casa Civil quanto o consórcio responsável pelas obras foram alertados para a aplicação de multa e outras sanções pertinentes ao contrato, para o caso de descumprimento do cronograma, como de fato tem ocorrido – acrescentou Macedo, que deixou o cargo nas últimas 24 horas.

Na nota, a Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast) afirma que Macedo e a engenheira-chefe da Central, Ana Carolina Vasconcelos, “pediram exoneração de suas funções”. Ainda na nota, a Amast afirma que ambos os executivos da empresa pública “estavam travando uma queda de braço muito dura com o Consórcio Azvi-Elmo, responsável pela obra de troca de trilhos e que a Casa Civil se posicionava sempre ao lado do Consórcio”.

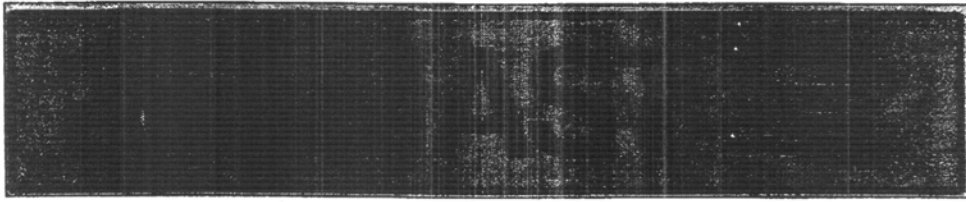
“Para nós é mais uma perda. Do jeito que estão as coisas, o diálogo com Eduardo Macedo era de fundamental importância. Mais uma porta fechada. No lugar dele entra Maurício Pessoa. No lugar de Ana Carolina entra Marcelo Neri”, informa a associação e acrescenta:

“Tempos ainda mais difíceis vem por aí”.

Macedo, porém, prefere não ligar a sua exoneração à “queda de braço” citada na nota da Amast. No telefonema que recebeu do gabinete do secretário de Transportes, Júlio Lopes, a decisão que motivou sua saída do cargo “foi política”.

– Ao pedir a posição que eu ocupava, o governo do Estado alegou que o motivo era um reordenamento dos cargos na secretaria, que é ocupada politicamente pela legenda do Partido Popular (PP), em virtude da futura mudança de comando, com a saída do governador Sergio Cabral no final deste mês – afirmou Macedo, que também é presidente do PMDB do Município de Três Rios.

Procurada pela reportagem do CdB, a secretaria estadual de Transportes não respondeu aos telefonemas. Nem a Elmo Eletro Montagens, com sede em Porto Alegre (RS), nem a Azvi S/A, com sede em Madri, também procuradas por telefone, devolveram as ligações.



Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014

Ao Senhor Engenheiro
Agostinho Guerreiro
Presidente do CREA-RJ
Rua Buenos Aires, 40 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20070-020

Telefone: (21) 2179-2000

Prezador Senhor

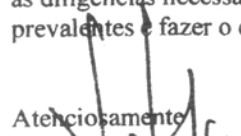
Chamamos sua urgente atenção para a perigosa situação da obra de troca de trilhos dos bondes de Santa Teresa, que está sendo realizada na Rua Joaquim Murtinho, pelo Consórcio Elmo-AZVI.

Como estamos em época de chuvas fortes, enxurradas e deslizamentos, consideramos que as valas abertas para a construção da nova via permanente dos bondes de Santa Teresa, bem como outros pontos que se tornam vulneráveis à ação das águas, podem provocar a instabilidade em pavimentos, muros e nas capas de solo que servem de base à rua e aos patamares dos edifícios e casas, tanto a jusante como a montante da rua. Estamos muito preocupados com a necessidade de que o canteiro mais amplo - toda a faixa de domínio da rua, incluídas as calçadas (fragilizadas pela escavação sem escoramento) e a ocorrência de irregularidades acentuadas nos pisos - esteja preparado para resistir a uma possível grande concentração de chuva localizada, conforme já ocorreu em anos anteriores, em especial, nos verões de 1966 e 1967, protegendo a integridade da obra, bem como do pavimento remanescente e das redes de infraestrutura.

A situação é aflitiva. Todos nós sabemos da vulnerabilidade daquela encosta e de seu trágico histórico de deslizamentos. Com as chuvas de verão de 1966, toda a rua desceu morro abaixo. Muitas vidas e prédios inteiros se perderam. Atualmente, a rua é sustentada por quatro muros de arrimo que carecem de manutenção.

Por conta disso, se fazem urgentes-urgentíssimas medidas que possam contribuir para reduzir esse imenso potencial de infiltração e percolação que está aí. Para controlar a situação, o Consórcio responsável pela obra deve ser alertado e fazer todos os esforços necessários, ao longo dos próximos dias. O mesmo vale para as concessionárias, CEDAE e Rio-Águas, independentemente de custos suplementares e imprevistos que tais medidas possam acarretar.

Agora devidamente alertados, pedimos ao CREA que considere essa situação e encamihe as diligências necessárias junto aos responsáveis pela obra para reduzir ao máximo todos os riscos prevalentes e fazer o que estiver ao seu alcance para, no caso de condições adversas, evitar o pior.

Atenciosamente

Jacques Schwarzslein
Diretor de Transportes de AMAST
21-981223511

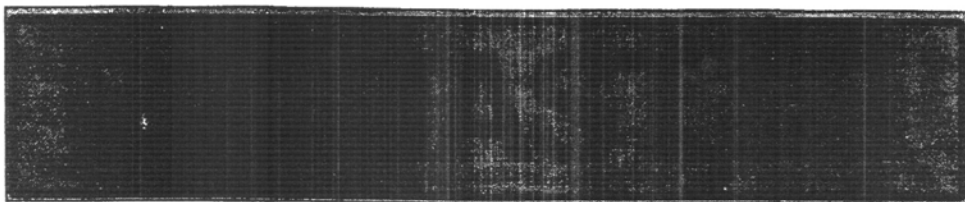
DE: 61 - CRME/SUPERVISAO DE ATENDIMENTO
Protocolo: 2014500224
Data Envio: 17/02/2014 11:28

IN: 2007076544 - AMAS - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES DE SANTA TERESA

PARA: 71 - COORDENACAO DE DOCUMENTACAO
Processo: 2014500224
Ass: 8002 - DENUNCIA DE EXECUCAO DE OBRA/SERVICO



2014500224



Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014

Ao Senhor Engenheiro
Márcio José Mendonça Machado
Presidente do Instituto Geo-Rio
Endereço: Campo de São Cristóvão, 268, 1º e 3º andares
Telefone: 3878-7878 / Fax: 3878-7850

Prezador Senhor

Chamamos sua urgente atenção para a perigosa situação da obra de troca de trilhos dos bondes de Santa Teresa, que está sendo realizada na Rua Joaquim Murтинho, pelo Consórcio Elmo-AZVI.

Como estamos em época de chuvas fortes, enxurradas e deslizamentos, consideramos que as valas abertas para a construção da nova via permanente dos bondes de Santa Teresa, bem como outros pontos que se tornam vulneráveis à ação das águas, podem provocar a instabilidade em pavimentos, muros e nas capas de solo que servem de base à rua e aos patamares dos edifícios e casas, tanto a jusante como a montante da rua. Estamos muito preocupados com a necessidade de que o canteiro mais amplo - toda a faixa de domínio da rua, incluídas as calçadas (fragilizadas pela escavação sem escoramento) e a ocorrência de irregularidades acentuadas nos pisos - esteja preparado para resistir a uma possível grande concentração de chuva localizada, conforme já ocorreu em anos anteriores, em especial, nos verões de 1966 e 1967, protegendo a integridade da obra, bem como do pavimento remanescente e das redes de infraestrutura.

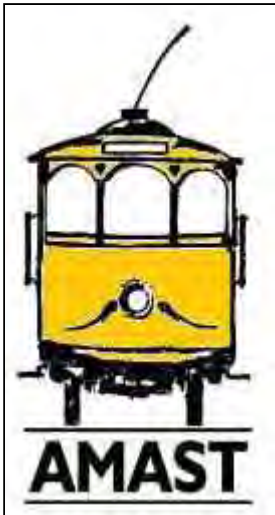
A situação é aflitiva. Todos nós sabemos da vulnerabilidade daquela encosta e de seu trágico histórico de deslizamentos. Com as chuvas de verão de 1966, toda a rua desceu morro abaixo. Muitas vidas e prédios inteiros se perderam. Atualmente, a rua é sustentada por quatro muros de arrimo que carecem de manutenção.

Por conta disso, se fazem urgentes-urgentíssimas medidas que possam contribuir para reduzir esse imenso potencial de infiltração e percolação que está aí. Para controlar a situação, o Consórcio responsável pela obra deve ser alertado e fazer todos os esforços necessários, ao longo dos próximos dias. O mesmo vale para as concessionárias, CEDAE e Rio-Águas, independentemente de custos suplementares e imprevistos que tais medidas possam acarretar.

Agora devidamente alertados, pedimos ao Instituto Geo-Rio que considere essa situação e encamihe as diligências necessárias junto aos responsáveis pela obra para reduzir ao máximo todos os riscos prevalentes e fazer o que estiver ao seu alcance para, no caso de condições adversas, evitar o pior.

Atenciosamente
Jacques Schwarzstein
Diretor de Transportes de AMAST
21-981223511

110219
Carlos Roberto de Freitas
ARQUIVISTA
Matr. 695023-2
GEO-RIO



SANTA TERESA: UM BAIRRO REFÉM DA INCOMPETÊNCIA E DO DESRESPEITO

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM AS OBRAS DO BONDE?

PORQUE TANTO ATRASO EM APENAS TRÊS MESES DE OBRA?

A Rua Joaquim Murtinho está fechada há três meses. A vida dos moradores da rua - e de todo o bairro - foi virada de cabeça para baixo. Os ônibus foram desviados de seus trajetos, mas os trabalhos não andam. Por quê? Como isso é possível? O que está acontecendo?

VAMOS AOS FATOS:

- A obra na Joaquim Murtinho começou em 11 de novembro de 2013.
- Na época, um folheto foi distribuído, informando que a troca dos 2400 metros de trilhos daquela rua seria concluída em quatro meses, ou seja, antes do dia 11 de março.
- **Três meses depois, quando faltava um mês para o prazo vencer, só 200 metros de trilhos haviam sido colocados em seu lugar definitivo.**
- Acontece que, desde o dia do acidente com o bonde nº 10, o governo teve dois anos e três meses para preparar o terreno para a obra. **Teve tempo de sobra, mas não fez nada!**
- Isso é grave, porque os novos trilhos estão sendo colocados sobre lajes contínuas que, no futuro, impedirão o acesso ao subsolo da rua. **Por conta disso, antes de dar início aos trabalhos, teria sido necessário adaptar e reforçar as redes completas da CEDAE, da CEG e também toda a rede de drenagem de água de chuva da rua. NADA FOI FEITO!**
- Mais grave ainda! Como se sabe, as ruas Joaquim Murtinho e Almirante Alexandrino ficam numa encosta instável. Sofreram grandes e trágicos deslizamentos ao longo das últimas décadas. Vários trechos dessas duas ruas dependem de muros de sustentação, construídos nos anos 60. Antes de começar a troca dos trilhos, teria sido obrigatório fazer sondagens e estudos de terreno e encontrar soluções para essas situações, que envolvem riscos e devem ser tratadas com todo cuidado. **Isso não foi feito! Todo mundo sabia, só o Governo Estadual não sabia.**



RESUMO DA ÓPERA:

- **Estamos falando de uma obra que foi iniciada sem qualquer planejamento. Trabalhos preliminares, que poderiam ter sido realizados sem fechar a Joaquim Murtinho e sem transtornar a vida dos moradores e de todo o bairro, só começaram a ser feitos quando o consórcio começou a arrancar os trilhos antigos.**
- **Foi só então que a CEG, a CEDAE e a RIO-ÁGUAS começaram a atuar. A impressão que temos é que as três concessionárias ainda vão demorar muito para concluir seus trabalhos. Até agora, nenhuma delas divulgou seu cronograma.**
- Por esses e outros motivos, o Consórcio paralisou os trabalhos durante vários dias. Foi aí que a obra começou a atrasar. A pergunta é: **Como é possível que o Consórcio não soubesse disso tudo antes de começar a obra? E se sabia, começou por quê?**



Três meses de atraso, no mínimo!!! Os trabalhos avançam com muita dificuldade, enquanto os moradores enfrentam todo tipo de problemas: Dificuldades para chegar e entrar em suas casas; contínuos cortes de água; problemas de segurança; problemas com a coleta de lixo; problemas com a entrega do correio e de compras e, **sobretudo, o justificado receio de que, com as chuvas que estão para chegar, muita água possa infiltrar e desestabilizar uma rua que já sofreu fatais deslizamentos nos anos 60 e hoje depende de muros de sustentação que, como atestou uma engenheira da Geo-Rio, estão precisando de manutenção.**

OS MORADORES DE SANTA TERESA EXIGEM:

Acesso ao:

- Projeto executivo da obra com os **cálculos de resistência do terreno**;
- **Cronograma** da obra;
- Às **autorizações e pareceres** das Secretarias Municipal e Estadual de Meio Ambiente;
- **Estudo de Impacto** de Vizinhança;
- Estudo de Impacto Viário;
- Algum **parecer** da GEO-RIO sobre a situação dos muros de contenção de encostas;
- À **solução técnica** encontrada para os trechos sustentados por muros de contenção;

A IMPRESSÃO QUE TEMOS É QUE NENHUM DESSES DOCUMENTOS EXISTE!

Além disso, exigimos:

- A abertura de um canal de **diálogo** permanente para a **troca de informações** com os moradores;
- **Investimentos consistentes** na garantia do direito que os moradores têm à mobilidade, segurança, acesso às suas moradias e aos serviços públicos.
- A finalização da obra dentro do prazo, com qualidade e segurança.



Não terá sido por falta de aviso! A AMAST protocolou este alerta em diferentes instâncias governamentais. Diante da previsibilidade das fortes chuvas de Março, quais são os cuidados que os responsáveis pela obra na Joaquim Murtinho estão tomando para evitar infiltrações de grandes volumes de água e possíveis deslizamentos?

06311260.

ANEXO 24



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras
Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
Campo de São Cristóvão, 268 – 1º e 3º andares – São Cristóvão.
Telefone:3878-7878 Fax:3878-6397 E-mail:georio@pcrj.rj.gov.br



Carta Nº 01 2014/GEO-RIO/PRE

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014.

À Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
A/C Sr. Jacques Schwarztein
Rua Almirante Alexandrino, 345 – apt 501
Santa Teresa – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.241-260

Prezado Senhor,

Em respeito à carta de Vossa Senhoria, datada de 13/02/2014, a qual solicita atenção especial da GEO-RIO para a Rua Joaquim Murtinho, Santa Teresa, em face da reativação do Sistema de Bondes de Santa Teresa, venho informá-lo de que esta Fundação está atenta aos problemas existentes na referida via.

Para o local foi elaborado recentemente o Laudo de Vistoria GEO-RIO Nº 847/2013 (Rua Joaquim Murtinho, entre os Nºs 686 e 802), de 09/12/2013, o qual originou o Processo Administrativo Nº 06/100.189/2014, com previsão de obras de Recuperação Estrutural das Obras de Contenção localizadas a jusante da referida rua.

Atenciosamente,

MARCIO JOSÉ MENDONÇA MACHADO
Presidente da GEO-RIO

AGP/ACEMS
Carlos Roberto de Freitas
ARQUIVISTA
Matr. 695023-2
GEO-RIO

GEO-RIO
20 de fev 14

Obras nos bondes de Santa Teresa causam mais polêmica no bairro

Associações de moradores reclamam de atrasos nas instalações

Bruno Amorim

RIO - O bonde de Santa Teresa, que espera para ser renovado desde 2011, quando um acidente deixou seis mortos e 60 feridos e interrompeu o sistema, está causando nova polêmica no bairro. Depois de uma briga sobre o modelo dos bondes, é a vez da implantação dos novos trilhos colocar os moradores em pé de guerra com consórcio escolhido para realizar a obra, que começou em 11 de novembro.

Em um panfleto que está sendo distribuído pelas ruas e estabelecimentos da região, a Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), reclamam não só do atraso, mas da qualidade das obras. De acordo com a Amast, o trabalho de substituição dos trilhos foi feito sem planejamento e oferece riscos de desabamento nas ruas Joaquim Murtinho e Almirante Alexandrino, onde já ocorreram deslizamentos.

— As ruas Joaquim Murtinho e a Almirante Alexandrino têm muros de contenção para evitar deslizamentos, como o de 1966, quando muitos prédios desabaram. Da forma que as obras estão sendo feitas, sem a reforma da galeria de drenagem de água de chuva, que é muito antiga, vários imóveis podem ter a estrutura comprometida. Esperamos que eles saibam o que estão fazendo, mas não temos certeza disso — reclamou Jacques Schwarzstein, diretor de transportes da Amast.

Na primeira etapa da obra, 2400 metros de trilhos na Rua Joaquim Murtinho deveriam estar prontos até o dia 11 de março, mas até agora apenas 200 metros foram concluídos. Para Schwarzstein, o motivo do atraso é a falta de planejamento e de conhecimento do terreno.

— Assim que a obra começou, CEG, Cedae e Rio-Águas foram mexer em suas redes. O governo do Estado deveria ter articulado as concessionárias, mas não fez. Este é o motivo dos atrasos e aponta a falta de planejamento

O presidente da AMO Santa Teresa, uma associação criada no final do ano passado para fortalecer o bairro, além de representar comerciantes e moradores de comunidades locais, Emídio do Badalo também reclamou dos atrasos.

— O atraso nas obras do bonde é um absurdo. Era para, até o carnaval, o trecho até o Curvelo estar pronto. Estamos preocupados. Em relação a possibilidades de infiltração no solo, preferimos confirmar no consórcio que está fazendo as obras. Eles devem saber o que estão fazendo — disse Emídio.

Segundo a assessoria do governo do estado, no entanto, não há atrasos no cronograma das obras.

URL: null

Notícia publicada em 11/03/14 - 8h39 | Atualizada em 11/03/14 - 12h57 | Impressa em 05/04/14 - 16h02

Moradores de Santa Teresa fazem ato contra novo canteiro de obras

Eles reclamam de atraso nas obras, que geram transtornos no bairro

Maísa Capobiango

RIO - Cerca de cem pessoas participaram, na tarde deste sábado, de um ato em Santa Teresa contra a abertura de um novo canteiro de obras para troca dos trilhos do bondinho na Rua Almirante Alexandrino. O protesto, que foi organizado pelas redes sociais, chegou a fechar o trânsito no Largo dos Guimarães. Moradores reclamam de atraso nas obras, que geram transtornos no bairro. A promessa era de que o trecho da Rua Joaquim Murinho fosse finalizado em quatro meses, mas nem 400 de um total de 2.400 metros foram concluídos desde o dia 11 de novembro, quando as obras foram iniciadas.

De acordo com o diretor da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Jacques Schwarzstein, o principal problema é a falta de diálogo com o moradores.

- Viemos para o Largo dos Guimarães para conversar e tentar encontrar uma solução. Nós queremos a obra, queremos ajudar, mas deve haver diálogo. Não podemos permitir que uma nova frente de trabalho seja aberta. O trânsito, com uma frente, já está ruim. É preciso terminar uma para começar outra. As pessoas que vivem aqui e que estão enfrentando todos os transtornos estão sendo ignoradas - lamenta Schwarzstein.

Ainda segundo o diretor, na semana passada, uma reunião que havia sido marcada entre moradores e a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), foi desmarcada em cima da hora.

- Cancelaram a reunião e ainda não agendaram uma nova data. Chegamos a falar também com a Casa Civil, mandamos e-mails para eles, mas não adiantou. Agora, estamos preparando um documento para enviar para o Ministério Público municipal. Sabemos que temos, no mínimo, mais um ano e meio de obras pela frente, mas os trabalhos não podem continuar sendo tocados dessa forma improvisada - reclama.

Um carro de som acompanhou a passeata, que transcorreu pacificamente.

URL: null

Notícia publicada em 22/03/14 - 17h50 | Atualizada em 22/03/14 - 22h57 | Impressa em 05/04/14 - 16h09

ANEXO 27

26 de Março de 2013 – Após ter tentado todas as formas possíveis de diálogo e de ter se submetido pacientemente a uma empreitada que transformou a rua em que vivem em um canteiro de obras confinado, onde quem decide sobre a mobilidade dos cidadãos são instituições que não têm esta prerrogativa, os moradores da Rua Joaquim Murinho e da Rua Carlos Brant e a Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa?AMAST encaminharam ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro uma representação, através da qual solicitam um Termo de Ajuste de Conduta que resgate os direitos que lhes têm sido negados.



Rio de Janeiro, 26 de março de 2014

Ao Ministério Público Estadual
3ª Prom. de Justiça de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital

A/c Senhor Marcello MarCUSO Barros

ASSUNTO: OBRAS PÚBLICAS VIOLAM O DIREITO À MOBILIDADE E À SEGURANÇA DE MORADORES EM SANTA TERESA

Senhor Promotor,

A Associação de Moradores De Santa Teresa – AMAST, CNPJ: 27.002.963/0001-80 com sede na Rua Hermenegildo de Barros 180, 20240-090 Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada por seu presidente, Paulo Oscar Saad, vêm relatar os fatos que seguem e requerer ao Ministério Público que tome urgentemente as providências cabíveis para garantir o direito à mobilidade, o seguro acesso a seus lares dos moradores da Rua Joaquim Murtinho e a estabilidade das encostas no bairro de Santa Teresa, direitos que, como demonstrado pelo relato que segue, estão sendo desrespeitados de forma ostensiva e clara. De maneira mais específica, solicitamos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que atue no sentido de promover um Termo de Ajuste de Conduta que contribua para levar a termo, com a devida qualidade, as obras de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa, garantindo, simultaneamente, para minorar os transtornos que a obra está criando para os moradores e para o bairro como um todo.

I. OS FATOS

1. As obras de reestruturação (troca de trilhos e cabos aéreos) do sistema de bondes de Santa Teresa representam uma conquista dos moradores, que lutaram e lutam pela volta dos bondes históricos que sempre serviram ao bairro. Entretanto, tal qual, iniciadas no dia 11 de novembro de 2013 na Rua Joaquim Murtinho e tal qual conduzidas pelo Consórcio Elmo-Azvi (contratado pela Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e supervisionado pela empresa CENTRAL Logística, ligada a Secretaria Estadual de Transportes) **a referida obra, realizada à revelia das normas de segurança prevalentes para este tipo de empreitada (ANEXO 1) expõe os passantes a riscos evitáveis, fere o direito de ir e vir dos moradores, limita substancialmente sua mobilidade e interfere de modo negativo, desmedido e desnecessário em suas vidas**
2. No dia 11 de novembro de 2013, os moradores da Joaquim Murtinho foram surpreendidos, sem qualquer tipo de aviso prévio, pela transformação de sua rua em canteiro de obras. Desde então, passados mais de quatro meses, enfrentam

problemas sérios e incessantes, especialmente no que concerne ao seu direito de ir e vir; ausência de transporte público na via e falta de alternativa eficaz; falta de segurança da obra que apresenta inúmeras irregularidades como ausência de equipamentos, sinalização e estruturas de segurança; ausência de segurança pública na via, com frequente ocorrência de assaltos; falta de coordenação dos serviços públicos como a coleta do lixo e os correios; queda de pedestres que tropeçam nas telas de proteção da obra, afundamento da rua e das calçadas; falta de laudo técnico de viabilidade da obra para os prédios construídos em encosta, a jusante da via.

3. Em função desses fatos a AMAST representando aproximadamente 400 vizinhos e moradores da Rua Joaquim Murtinho, esgotadas todas as tentativas de diálogo e negociação com os responsáveis pela empreitada, vem respeitosamente requerer do Ministério Público a atenção e o necessário apoio para solucionarmos uma situação que demanda uma intervenção urgente.
4. Fazemos questão de destacar que entendemos perfeitamente que toda e qualquer obra realizada em via pública traz transtornos para os cidadãos e que, por tratar-se de obras que vem para o bem da comunidade, temos nos mostrado a todo momento preparados e dispostos a conviver esses transtornos. Temos, contudo, a certeza de que no caso dos trabalhos que estão sendo realizados na rua Joaquim Murtinho e em outros pontos do bairro, muitos dos problemas criados pelo já citado Consórcio são produto de descaso e de falhas de planejamento, que podem ser corrigidas e/ou minimizadas com facilidade e algum investimento, desde que, para isso, exista boa vontade e consciência cívica ou, na falta dos mesmos, a devida coerção por parte dos órgãos competentes, públicos e privados.

II. SOBRE A LOGÍSTICA DA OBRA

5. Para a realização da obra, o consórcio responsável optou por uma tecnologia que, inicialmente, implica no fechamento integral de ambas as mãos de um trecho de 1 200 metros da rua (divididos em três módulos de 400 metros cada) onde pretende executar os trabalhos consecutivamente.
6. No primeiro módulo, o calçamento foi arrancado em metade da via carroçável e um novo leito de concreto de aproximadamente 1,7 metros de largura está sendo preparado para a posterior colocação dos novos trilhos do bonde;
7. Na outra metade da rua, a prioridade de circulação está sendo reservada para os veículos pesados necessários à retirada de entulho, concretagem, fornecimento dos novos trilhos, etc., sendo **a circulação de veículos dos moradores que devem acessar seus domicílios apenas tolerada quando a pista “livre” não está sendo utilizada pelos supracitados veículos da obra.**

8. **A situação descrita acima contraria o Projeto Executivo da Obra de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa (ANEXO 2), elaborado pela equipe técnica da Central Logística, (a partir de agora denominado “Projeto Executivo”). Isso porque o parágrafo 2.1.1.1.5.12.4, do referido Projeto Executivo prevê que: *“O método escolhido para a pavimentação da via deverá ser tal que permita variantes do processo, de forma que, havendo descontinuidade no andamento normal dos trabalhos, permita alternativas com recursos disponíveis, sem, contudo obstruir totalmente o livre tráfego, quer seja de pedestre ou de veículos”.***

III. ELEMENTOS COMPLICADORES

9. As calçadas de Santa Teresa são muito estreitas e estão, há muito, em péssimo estado de conservação. A circulação de pedestres no bairro já era difícil antes do início das obras. Tornou-se impraticável após o começo das mesmas.
10. Postes da Light e de outras concessionárias vem sendo posicionados, há anos, de modo absolutamente anárquico nestas calçadas (frequentemente no meio das mesmas) dificultando ou até mesmo inviabilizando a mobilidade dos passantes. [Sobre este assunto, a Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa – AMAST encaminhou recentemente uma manifestação ao Ministério Público Estadual, pedindo a retirada dos postes e o enterramento dos cabos e que seja implantada a rede de cabos subterrâneos de energia e telefonia (ANEXO 8).].
11. Nos anos 60, por conta de um verão extremamente chuvoso, diversos trechos da Rua Joaquim Murinho (assim como prédios inteiros) foram arrastados pela enxurrada e deslizaram encosta abaixo. Para a reabertura da rua foram construídos (ao menos três) muros contenção concretados que são ancorados na encosta do outro lado da rua. Nos trechos em que a rua é sustentada por estes muros, todo cuidado deve ser tomado para evitar a desestabilização das estruturas existentes. O mesmo deve ser dito no que toca as vibrações geradas pelo maquinário a ser utilizado, vibrações essas que devem ser cuidadosamente monitoradas e mantidas em limites adequados para não provocar rachaduras nos imóveis que beiram a rua ou, até, mesmo, provocar desastres de graves proporções, tais como movimentos de terra e desabamentos. Cartas alertando para este problema foram protocoladas pela AMAST, na Geo-Rio, CREA e Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL (ANEXOS 3/4/5).
12. Na Rua Joaquim Murinho (VER DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA EM ANEXO) desorganização caótica do do canteiro, na Rua Joaquim Murinho, assim como as rotinas de trabalho do Consórcio Azvi-Elmo, desrespeitam não apenas as condições mínimas de mobilidade que devem ser garantidas aos moradores, mas também o próprio Projeto Executivo, que em seu Parágrafo 3.4.1, prevê que *“A CONTRATADA deverá manter as ruas, calçadas e áreas adjacentes aos*

canteiro e frentes de serviço completamente limpas e desobstruídas, não sendo permitido acúmulo de materiais sob qualquer pretexto, providenciando diariamente o recolhimento de todo o material e entulho proveniente das escavações.”

IV. FALHAS DE PLANEJAMENTO OU DESRESPEITO AOS DIREITOS COLETIVOS DOS MORADORES?

13. A situação geral das ruas de Santa Teresa (calçadas estreitas e mal conservadas obstaculizadas por postes colocados de modo anárquico, assim como a fragilidade do terreno e os problemas de segurança que o bairro enfrenta) era bem conhecida pelo consórcio vencedor da licitação aberta pelo Governo do Estado, quando este optou por uma solução tecnológica que, na grande maioria do tempo, transforma a via carroçável em canteiro de obra, inviabilizando a circulação de veículos outros que os da própria construtora. Os engenheiros responsáveis pela obra sabiam, portanto, que os trabalhos a serem realizados em área urbana e densamente habitada criariam enormes problemas de segurança e mobilidade para os moradores. Deveriam e poderiam ter considerado estes fatos na fase de planejamento e previsto, tanto em sua planilha de custos quanto na própria organização do canteiro e operacionalização da obra, ajustes, procedimentos e dispositivos direcionados para a minimização desses problemas. Não foi isso, contudo, o que foi feito. Muito pelo contrário. Pouco ou nada foi previsto neste sentido!
14. No momento atual, os moradores do trecho por onde se estende os canteiros de obras da Rua Joaquim Murtinho e Carlos Brant, denunciam problemas graves que apontam, claramente, para a violação de direitos individuais e difusos, com ênfase para o direito à mobilidade segura e ao livre ir-e-vir:
15. Devido à ausência de passagens firmes e protegidas das quais possam se servir para atravessar o canteiro de obras, os moradores enfrentam frequentemente grandes dificuldades de acesso aos prédios em que residem, vendo-se obrigados (não apenas em dias de chuva, quando a situação se torna absolutamente imprevisível) a encontrar seu caminho por entulho e lama e a superar desníveis de terreno importantes, o que tem gerado acidentes frequentes. Forçoso acrescentar que nenhum destes obstáculos é sinalizado e que sua posição muda com frequência obrigando o morador a adivinhar diariamente o caminho a ser percorrido. O reforço na iluminação do trecho durante o período noturno pela empreiteira seria uma forma, ainda que insuficiente, de minimizar o transtorno e auxiliar o morador neste percurso diário, porem nem este cuidado mínimo foi providenciado de maneira que o percurso do morador por entre obstáculos que incluem pedaços de vigas e ferros e buracos fundos se faz a noite no ESCURO mesmo.

16. O acesso dos veículos dos moradores às garagens dos prédios e aos locais de estacionamento também está sendo extremamente, quando não integralmente, prejudicado, fato que **contraria o Projeto Executivo que em seu Parágrafo 3.4.2 prevê que: “A CONTRATADA é obrigada a desobstruir as calçadas, providenciando acessos provisórios às residências, lojas comerciais e garagens durante a execução dos serviços.”**
17. Devido à ausência de transporte público e interdição do trânsito dos veículos particulares e públicos durante a obra, os moradores têm sido obrigados a caminharem centenas de metros ladeira acima e abaixo, ao longo de calçadas obstaculizadas por entulho da obra. **Para os idosos, gestantes, pessoas com necessidades especiais, além de moradores que carregam volumes pesados, a situação tornou-se insuportável.** O espaço para circulação de pedestres, que já era exíguo, foi sumariamente restringido, o que obriga os moradores a circularem pela meio da rua, disputando espaço com caminhões, tratores e betoneiras.
18. Por falta de um sistema efetivo de “Pare-Siga” e de sincronização de sua circulação, as duas vans colocadas à disposição dos moradores para garantir sua mobilidade ao longo do canteiro, deixam de circular nos momentos que a metade “livre” da via carroçável está ocupada por veículos pesados que servem à obra, fato que se repete continuamente ao longo do dia. Pelo mesmo motivo quando o trânsito de veículos é liberado, carros subindo e descendo a rua se encontram e não conseguem progredir por falta de recuos que permitam o cruzamento entre eles. Por todos esses motivos, serviços essenciais para os moradores têm sido interrompidos. Taxis, caminhões de entregas e os veículos dos correios têm se recusado a circular ao longo do canteiro.
19. Agravando ainda mais a situação, o Consórcio Elmo-Azvi tem utilizado o restrito espaço da rua (inclusive parte das calçadas) para armazenar material (trilhos, dormentes e, principalmente, paralelepípedos), o que contribui enormemente para a redução do espaço de circulação de veículos e pedestres.

V. O DIREITO À INFORMAÇÃO

20. Em função da geomorfologia e da fragilidade específicas do bairro de Santa Teresa e, em especial, do trecho de rua onde as obras foram iniciadas, os moradores (sobretudo os mais antigos) se mostram legitimamente preocupados com os impactados que os trabalhos de troca dos trilhos dos bondes de Santa Teresa possam ter para a estabilidade do terreno e dos próprios imóveis em que habitam, assim como do meio-ambiente local. (Importante lembrar que Santa Teresa é uma Área de Proteção Ambiental – APA).
21. **Solicitamos inúmeras vezes – e até agora em vão - aos responsáveis pela obra, que nos fossem apresentados o estudo de impacto ambiental, o estudo**

de impacto de vizinhança e a necessária autorização para a realização dos trabalhos emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente da qual, pelo que sabemos, devem constar os parâmetros sismográficos (de trepidação) a ser respeitados na realização da obra.

22. Do mesmo modo, preocupados com a estabilidade do terreno e em especial dos trechos de encosta sustentados por muros ancorados, solicitamos também a emissão de um parecer da GeoRio, que proveja as necessárias garantias aos trabalhos. Por não ter sido ouvidos pelo Consórcio Azvi-Elmo e pelo Governo, acabamos por solicitar nós mesmas a presença da GeoRio que, prontamente, viabilizou uma visita de uma de suas engenheiras que, numa primeira e rápida vista d'olhos, constatou a necessidade de obras de manutenção no muro de sustentação que inspecionou e nos prometeu um laudo formal sobre isso. (Importante destacar que os demais muros de sustentação não foram vistoriados e que a técnica em questão não se pronunciou sobre possíveis ameaças que as obras podem acarretar para as encostas.)
23. Em especial, muito nos preocupa a situação do sistema de drenagem de águas pluviais, que parece não ter sido levada em consideração no planejamento da obra. A laje que será colocada do lado ímpar da Rua Joaquim Murinho (lado direito de quem desce) irá cobrir, ao menos parcialmente, as tampas de ferro de algumas das "vigias" da galeria de água de chuva que corre no sub-solo, aproximadamente 2 metros abaixo do nível do calçamento. Uma outra laje, magra, será colocada bem acima da galeria de captação de água de chuva. Isso pode significar que em caso de rompimento da galeria, três coisas aconteçam:
- Em caso de rompimento, a água que irá escapar irá infiltrar dois metros abaixo do calçamento e, necessariamente, correr para o lado das fundações dos edifícios construídos a jusante da rua, constituindo-se em séria ameaça para os referidos imóveis.
 - Poderá haver vazamento, infiltração e percolação no subsolo sem qualquer sinal externo do problema. Isso porque quando a rua é calçada com paralelepípedos ou asfalto o problema se torna visível pelo afundamento do calçamento, como acontece com frequência na própria Rua Joaquim Murinho e em outras ruas do bairro. Nesses casos, quando ocorre o afundamento, a Secretaria Municipal de Conservação/SECONSERVA é chamada, a manutenção é feita e a galeria é restaurada. Sendo o asfaltamento tradicional substituído por lajes de concreto, poderá haver vazamento, infiltração e percolação no subsolo sem qualquer sinal externo desse problema. Trata-se de uma situação potencialmente perigosa, sobre a qual, apesar de reiterados pedidos, nem o Consórcio responsável pela obra, nem o Governo Estadual aceitam se manifestar formalmente.

- O acesso e a manutenção da galeria de captação de água de chuva passarão a ser muito difíceis, se é que ainda serão possíveis, gerando risco para uma encosta já reconhecida como vulnerável.
24. Continuamos a esperar, sem qualquer sucesso, que nos seja apresentado um cronograma de curto, médio e longo prazo para as obras iniciadas, tal qual previsto pelo **Projeto Executivo, que em seu Parágrafo 3.1.3 prevê que: “A Contratada deverá apresentar para aprovação da CENTRAL cronograma detalhado – Rede PERT/COM, contendo as principais atividades e as datas marcos, como início, testes e implantação dos serviços envolvidos, em concordância com os Projetos Básico e Executivo e Cronograma Físico-Financeiro da Obra, Anexos 2.1.2.2. e 2.2.1 do Edital, em até 7 (sete) dias corridos da assinatura do Contrato.”**
25. O panfleto distribuído no último dia 19 de dezembro (com data de novembro) (**ANEXO 6**) anuncia que os trabalhos no trecho da Rua Joaquim Murтинho que vai do No. 20 ao No. 1033, serão concluídos em 120 dias. Trata-se de um trecho no qual devem ser colocados aproximadamente 2 400 metros novos trilhos. No momento, constatamos, porém, que decorridos 135 dias desde o início das obras, menos de ¼ dos trabalhos podem ser considerados como perto de ser concluídos. Considerando-se a lógica linear do projeto, tal constatação nos faz crer que haverá grandes atrasos e que medidas devem ser tomadas com urgência para evitar que isso aconteça.
26. Para concluir, acreditamos ter o direito de ter acesso ao contrato que viabiliza a prestação de serviços do Consórcio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, assim como acreditamos que seja necessário conferir visibilidade e transparência ao Projeto Executivo, sem o qual, pelo que sabemos, nenhuma obra de engenharia pode ser contratada por qualquer governo. (Lembramos tratar-se de um contrato de aproximadamente sessenta milhões de reais.)

VI. O DIREITO À SEGURANÇA

27. Dada a sua proximidade com a Lapa e a existência de várias e cômodas rotas de fuga para eventuais assaltantes, a Rua Joaquim Murтинho já vinha sofrendo com uma alta incidência de roubos a passantes. Com o fechamento da via para o trânsito e a implantação do canteiro, a rua, à noite, transformou-se em lugar ermo e farto, escuro e farto em esconderijos para eventuais meliantes. Um sem número de ocorrências foi registrado na área quando do início dos trabalhos de troca dos trilhos. A insistente pressão dos moradores sobre as autoridades, assim como a benvinda cobertura da mídia, resultou por algum tempo no aumento da presença ostensiva da Polícia Militar e numa certa redução da frequência de ocorrências.

Moradores e passantes, muitas vezes agora obrigados a percorrer longos trechos dessa via à noite, permanecem, contudo em situação de extrema vulnerabilidade. A intensificação da presença da PM não tem sido perene.

28. A instalação de um sistema de sirenes para uso, por parte dos moradores, em caso de doença, acidente, etc, devidamente negociado com os responsáveis pela obra, nunca foi implantada. A dificuldade de acesso de ambulância, bombeiros, etc, também não parece ter sido objeto de qualquer reflexão e não temos conhecimento da existência de qualquer plano de emergência. Vale lembrar que o plano de contingência é uma obrigação considerando a probabilidade alta de risco geotécnico na implantação desta obra conforme relatado acima. “Entende-se por Plano de Contingência o documento que registra o planejamento elaborado a partir do estudo de um ou mais cenários de risco de desastre e estabelece os procedimentos para ações de alerta e alarme, resposta ao evento adverso, socorro e auxílio às pessoas, reabilitação dos cenários e redução dos danos e prejuízos.”
29. Irregularidades praticadas ou toleradas entre os motoristas da van também foram apontadas.
30. Problemas com os “monitores de trânsito” contratados pelo consórcio, muitas vezes claramente despreparados, desmotivados e mal equipados para o desempenho de suas funções. (O Parágrafo 3.2.7 do Edital de Concorrência 0005/2012 prevê que as equipes de monitores devem: “Utilizar de forma constante sistemas de telecomunicações confiáveis (Rádios portáteis com frequência dedicada, telefonia móvel celular e/ou Radio) durante todo o período de execução dos serviços.)

VII. INFRUTÍVERAS TENTATIVAS DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO

31. De destacar que o Projeto Executivo prevê que: “***A Contratada deverá apresentar para aprovação da CENTRAL um plano para Gestão de Comunicação entre a Contratada / CENTRAL / Associações de Moradores / Condomínios / Residências / Empresa de Ônibus / Concessionárias / CET-RIO, que tem como objetivo fornecer informações de avanço da obra e possíveis interferências.***”
32. Oras, ao longo dos meses, semanas e dias que antecederam o início das obras, nenhum movimento foi feito pelo Governo Estadual ou pelo Consórcio Elmo-Azvi no sentido de informar os moradores sobre a traumática intervenção que vinha sendo planejada e/ou para ouvir suas avaliações, receios e propostas.
33. Como dito acima, as obras começaram sem qualquer tipo de pré-aviso. Somente no dia 19 de dezembro, quarenta dias após o início dos trabalhos, um panfleto (que

pouco ou nada esclarece) foi distribuído com data RETROATIVA FORJADA de novembro de 2013, onde também quase nada foi esclarecido (**ANEXO 6**).

34. Em função disso os moradores começaram a se organizar e colocaram em circulação um abaixo-assinado através do qual solicitavam uma reunião com as autoridades responsáveis pela obra. O documento em questão foi assinado por aproximadamente quatrocentos Moradores.
35. Contato foi feito com a Central Logística, empresa que supervisiona o Consórcio e uma reunião foi finalmente agendada para o dia 02 de Dezembro. E-mail com a agenda da reunião foi enviado com antecedência de suas semanas, ao Senhor Eduardo Macedo, Diretor-Presidente. Participaram da reunião inúmeros engenheiros da Central, assim como de engenheiros do Consórcio, na presença de quem, diversas demandas foram apresentadas pelos moradores, preocupados com sua mobilidade e segurança (**ANEXO 7**). M
36. Durante a reunião, o Sr. Eduardo Macedo assumiu a responsabilidade pelos ajustes necessários, responsabilizou o Consórcio pelos transtornos gerados até então e prometeu ações corretivas.
37. Infelizmente, apesar de várias cobranças posteriores nossas (**ANEXO 9**) nada foi, contudo, realizado até este momento. O contato com os moradores foi rompido pela CENTRAL e os trabalhos continuam do jeito que começaram.
38. Há poucas semanas, o Sr. Eduardo Macedo foi afastado de seu cargo e substituído pelo Sr. Maurício Pessoa Garcia Junior. Solicitamos a ele a oportunidade de uma reunião, pedido esse que permanece sem resposta.

VIII. ÚLTIMOS DESDOBRAMENTOS: ABERTURA DE UM NOVO CANTEIRO NA RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO

39. Por volta do último dia 20 de Março, soubemos, através de vizinhos, que a Casa Civil, CENTRAL e Consórcio Aviz-Elmo havia decidido, sem qualquer consulta ou aviso aos moradores abrir um novo canteiro de obras na Rua Almirante Alexandrino, entre o Largo do Guimarães e a Praça Odilo Costa Neto, enquanto ônibus e trânsito em geral seriam desviados para a Rua Felício dos Santos, aumentando ainda mais a duração das viagens e comprometendo ainda mais o já complicado trânsito do bairro.
40. Fomos informados, mais tarde, de que a CET-Rio já estava colocando placas de proibição de estacionamento na referida rua e que a feira que ali acontece semanalmente seria transferida para a Rua Teresina. Nenhum contato foi feito com a AMAST por qualquer uma das instâncias governamentais responsáveis pela obra.

41. De notar que a decisão de abrir um novo canteiro no trecho que liga o Largo do Guimarães e a Praça Odilo Costa Neto - trecho este que é parte do trecho maior que liga o Largo Guimarães ao Silvestre -, **contraria o Projeto Executivo** que define claramente em seu Parágrafo 3.1.1 que o ***“os serviços referentes à Via Permanente e à Rede Aérea deverão ser executados inicialmente no trecho compreendido entre a Estação Terminal Monteiro Nelson Correia da Silva (Carioca) – Parada Largo do Guimarães – Oficina de Manutenção...”*** e, no Parágrafo 3.1.2 que **apenas “Em seguida, serão restaurados os trechos Largo Guimarães – Paula Mattos, Largo Guimarães – Silvestre e Francisco Muratori.”**
42. Dada, contudo, a clara disposição da Casa Civil de estimular e viabilizar a abertura de um novo canteiro no bairro, apesar do Consórcio estar enfrentando evidentes e complexas dificuldades para fechar o canteiro da Rua Joaquim Murтинho, onde após 4,5 meses não mais que um ¼ do trecho previsto para ser concluído em 4 meses pode ser considerado parcialmente acabado, **a AMAST enviou e-mail para o Subsecretário de Projetos Especiais da Casa Civil, Sr. Rodrigo Vieira, solicitando a reversão da decisão tomada autoritariamente e solitariamente. O referido e-mail, assim como resposta negativa e a tréplica da AMAST contam do ANEXO 10.**
43. Informados sobre a posição inflexível da Casa Civil e sobre a inevitabilidade da abertura de um novo canteiro no centro nevrálgico do bairro, inúmeros moradores do bairro participaram de um ato público que foi realizado no Largo do Guimarães, no dia 22 Março, ocasião em que se decidiram por “empatar” de forma não violenta a abertura do novo canteiro na Rua Almirante Alexandrino. Em função disso, nos dias 24 e 25 de março, Segunda e Terça Feira, respectivamente, uma vigília permanente de moradores conseguiu impedir, até a noite do dia 25, que o novo canteiro fosse aberto, Isso, apesar de algumas violentas investidas da Polícia Militar, tal qual noticiadas pela imprensa (**ANEXO 11**).

IX. PLEITO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

44. Sublinhamos, inicialmente, que em nenhuma hipótese é de nosso interesse provocar a interrupção dos trabalhos, mas sim que, muito pelo contrário, nossa intenção é de contribuir para que os mesmos possam ser levados a cabo com sucesso, qualidade e presteza.
45. Em função da caótica e perigosa situação descrita neste documento, assim como do esgotamento das possibilidades que tínhamos ao nosso alcance para estimular e manter com os responsáveis pela obra um diálogo solidário e produtivo, nos vemos constringidas a requerer a intermediação do Ministério Público para a restauração, através de um TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA, dos direitos coletivos que

estão sendo violados pelo Consórcio Elmo-Azvi, a saber: o direito à mobilidade, à segurança e à informação.

46. Solicitamos também que intervenha junto ao Tribunal de Justiça com o objetivo de obter uma liminar que evite a abertura do novo canteiro de obras na Rua Almirante Alexandrino, enquanto não for reaberta para o trânsito a Rua Joaquim Murtinho.

No aguardo de uma resposta quanto aos encaminhamentos possíveis conforme a avaliação deste Parquet colocamo-nos ao seu inteiro dispor para quaisquer novas informações que se façam necessárias.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Paulo Oscar Saad
Presidente – Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa

ANEXOS:

1. Relatório de Inspeção de Segurança elaborado por Sérgio Teixeira, Engenheiro de Segurança - CREA-RJ – 47.333-D
2. Projeto Executivo das obras de reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa (AnexoII do Edital de Licitação – Casa Civil/RJ – 0005/2012 que pode ser encontrado, em sua íntegra, no seguinte link:
<http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeconteudo?article-id=913706>)
3. Carta CREA
4. Carta CENTRAL
5. Carta GeoRio
6. Folheto distribuído aos moradores da Joaquim Murtinho
7. Ata da Reunião de 02 de Dezembro de 2013, com representantes do Consórcio e da CENTRAL
8. Representação encaminhada pela AMAST ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre a “Instalação Ilegal de Postes nas Calçadas de Santa Teresa”.
9. Troca de e-mails com a CENTRAL sobre encaminhamentos não cumpridos.
10. Troca de e-mails com o Subsecretário da Casa Civil Rodrigo Vieira, sobre a abertura de um novo canteiro na Rua Almirante Alexandrino.
11. Matérias publicadas sobre o “empate” do Canteiro de Obras na Rua Almirante Alexandrino.

Moradores se postam à frente de retroescavadeira em Santa Teresa

Manifestantes criticam atraso nas obras do bonde e impedem instalação de novas frentes

Bruno Amorim

RIO — O protesto de moradores de Santa Teresa contra um novo canteiro de obras do bondinho terminou em confusão nesta terça-feira. Segundo eles, um funcionário da obra teria avançado com uma retroescavadeira na direção de uma manifestante, de 65 anos, que estava deitada em frente ao veículo.

— O funcionário ligou o veículo e avançou em direção aos manifestantes, encostando na professora Nilce Azevedo. Moradores e policiais do 5º BPM (Praça Harmonia) gritaram, impedindo que ele avançasse — contou o advogado André Barros, que acompanhou o depoimento da professora na 7ª DP (Santa Teresa).

Foram ouvidas duas testemunhas na delegacia. Não houve feridos. Segundo o policial que registrou a ocorrência, os moradores impediam o trabalho no local da obra, e um dos funcionários fez um movimento com a máquina, assustando os manifestantes.

Obras simultâneas no bairro

O grupo, que estava desde cedo na rua, prometia ficar na área até que um representante da Secretaria estadual da Casa Civil, responsável pelo contato com o consórcio que faz as obras, se reunisse com eles. Durante os protestos, manifestantes chegaram a se sentar na retroescavadeira para tentar impedir os trabalhos. Outros se postaram à frente da máquina.

Apesar de pedirem a volta dos bondes, moradores do bairro estão insatisfeitos com as interdições no trânsito da região, por causa das obras. De acordo com eles, também faltam informações sobre o andamento dos trabalhos. A população do bairro não quer que um novo canteiro de obras seja aberto na Rua Almirante Alexandrino antes que os trabalhos na Rua Joaquim Murtinho estejam prontos.

A Secretaria estadual da Casa Civil informou que estava prevista a simultaneidade de várias etapas de obras. Segundo o órgão, o objetivo das intervenções é otimizar o tempo de execução e reduzir ao máximo o tempo que Santa Teresa permanece sem esse tipo de transporte.

Por nota, a secretaria informou que, além da etapa iniciada esta semana (na Rua Almirante Alexandrino), a obra na Rua Joaquim Murtinho avança para repavimentação com paralelepípedos originais. A previsão é avançar 150 metros por semana. E acrescenta que o sistema de bondes será entregue à população totalmente reestruturado em julho de 2014, conforme o cronograma.

O diretor da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Jacques Schwarzstein, disse que, apesar de ter reunido poucas pessoas, o protesto será suficiente para evitar o início dos trabalhos na Rua Almirante Alexandrino. Segundo ele, as obras estão muito atrasadas e não faz sentido que um novo canteiro seja aberto, gerando mais transtornos no bairro, antes que o primeiro trecho seja entregue:

— A situação fica empatada até que haja um diálogo com possibilidade de acordo. Queremos uma reunião com ata e compromissos. Eles não estão dialogando de maneira formal conosco.

Segundo a Secretaria da Casa Civil, o planejamento das obras incluiu produção e distribuição de panfletos nas residências diretamente afetadas, pintura do meio fio, produção de faixas e o treinamento de rotas de ônibus. O órgão acrescentou que a fiscalização da Central, responsável pelo acompanhamento da obra, também está diariamente no local para identificar e solucionar problemas e demandas dos moradores.

Equipamento com pichações

Sobre a confusão ocorrida nesta terça-feira, a secretaria divulgou nota informando que, de acordo com o consórcio, “o tumulto teve início quando manifestantes subiram na retroescavadeira e depredaram o equipamento com pichações”. Em seguida, afirma a nota, uma se colocou em frente à máquina e, logo depois, “a chave do equipamento foi furtada”. Ainda segundo a secretaria, a Polícia Militar acompanhou o protesto. “Em relação ao manifestante contido, o tenente que coordenou a ação no local já havia solicitado que ele se retirasse do meio da via onde a obra será realizada. Diante da recusa em deixar o local, o oficial tentou removê-lo e foi agredido por duas vezes, dando, então, voz de prisão.” O caso, diz a nota, foi registrado na 7ª DP.

Na manhã de segunda-feira, um grupo de 50 moradores protestou contra as novas interdições. No domingo, cerca de cem pessoas já haviam realizado um ato contra a abertura do novo canteiro de obras na Rua Almirante Alexandrino. Organizado pelas redes sociais, o protesto chegou a fechar o trânsito no Largo dos Guimarães. Um carro de som acompanhou a manifestação.

URL: null

Notícia publicada em 25/03/14 - 12h00 | Atualizada em 25/03/14 - 23h47 | Impressa em 06/04/14 - 14h20

O GLOBO ON-LINE

27/03/2014 13h54 - Atualizado em 28/03/2014 16h12

PM dá 'gravata' em idoso durante protesto em Santa Teresa, no Rio

Artista tentava impedir obra e não atendeu a pedidos de PMs; veja vídeos. Manifestantes reclamam de 'caos' no trânsito e falta de informação.

Gabriel Barreira Do G1 Rio

1158 comentários



Artista plástico foi agredido durante manifestação na quarta (26) (Foto: Carlos Lobo/Arquivo Pessoal)

Uma parede grafitada com a frase "Mais amor, por favor", em Santa Teresa, região central do Rio, foi o pano de fundo de uma confusão envolvendo policial e pessoas que protestavam contra a demora nas obras e a falta de informação na reforma dos bondes do bairro, nesta terça-feira (25). O artista plástico Luis Delgado Zorraquino foi retirado à força da rua com um "mata-leão" por um PM à paisana enquanto tentava impedir a passagem de um trator no Largo dos Guimarães. A confusão acabou na delegacia.

Um vídeo enviado ao [VC no G1](#) mostrou o artista já imobilizado (*veja acima*), com uma ativista gritando "covardes". Após a publicação da reportagem, o Governo do Estado entrou em contato com a equipe de reportagem do **G1** e enviou um outro vídeo (*assista ao lado*), gravado por um PM, que mostra os momentos antes da imobilização.

Nas imagens, os policiais pedem a retirada dos manifestantes da via por várias vezes, enquanto o grupo senta no chão e grita por resistência. Os PMs avisam que os ativistas serão retirados com "força policial" caso não colaborem. Sem sucesso, eles puxam homens e mulheres pelos braços para retirá-los da rua. Uma mulher, cuja identidade não foi divulgada, e o artista recebem voz de prisão por desacato. Após deitar no chão, o homem é retirado e parece dar um tapa na câmera do policial, sendo então imobilizado com uma "gravata".

saiba mais

- [Moradores de Santa Teresa protestam contra novo canteiro de obras](#)
- [Moradores de Santa Teresa, RJ, reclamam de obras do bonde](#)
- [Moradores reclamam de atraso em obras do bonde de Santa Teresa, Rio](#)
- [Morre a sexta vítima de acidente com bonde no Rio, confirma hospital](#)

Segundo os moradores, mais uma intervenção na rua atrapalharia o tráfego na região que anda "caótico". "Ele se jogou no chão para fazer um protesto e o agente deu uma chave-de-braço. Ele nem reagiu, não tinha mais o que fazer", explicou ao **G1** nesta quinta-feira (27) a moradora Viviane Codeço, que participou do ato e gravou um dos vídeos.

Segundo o comando do 5º BPM (Centro), o manifestante reagiu à ordem de saída e desacatou os policiais. Após o desacato, o oficial — que voltava de uma consulta e estava à paisana, segundo a PM — encaminhou o manifestante e registrou a ocorrência na delegacia.

Em nota enviada pela assessoria de imprensa, o subsecretário da Casa Civil, Rodrigo Vieira, disse que “o projeto sempre incluiu em seu cronograma a realização de frentes simultâneas de trabalho, com objetivo de reduzir o tempo de execução e, conseqüentemente, os impactos para o bairro” Segundo ele, desde o início da semana, "cerca de 30 pessoas vêm tentando impedir a realização da obra”.

O subsecretário acusa os ativistas de depredação: "Nos últimos dias, o grupo retirou demarcadores de fechamento da rua, rasgou a faixa de comunicação da interdição, ofendeu e ameaçou verbalmente os funcionários do consórcio e servidores públicos da Central e Casa Civil. Além disso, derrubou e arrastou barreiras de concreto, pichou e furtou a chave da retroescavadeira que estava no local”, diz o texto (*leia a íntegra da nota abaixo*).

Para a autora das imagens, não há um detalhamento sobre o projeto. Por isso, o trânsito na região estaria cada vez mais confuso. "Quem tem carro não consegue estacionar na rua. Quem deixou os carros na garagem não consegue tirar porque não há acesso. Eu dependo das vans, mas, várias vezes ao dia, elas não podem passar porque os caminhões de obra estão fechando o caminho", lamenta Viviane.

Veja a íntegra da nota enviada pela Secretaria de Casa Civil:

“- O projeto sempre incluiu em seu cronograma a realização de frentes simultâneas de trabalho, com objetivo de reduzir o tempo de execução e, conseqüentemente, os impactos para o bairro.
- O fechamento deste trecho da Rua Almirante Alexandrino foi discutido e estudado juntamente com a CET-RIO e SMTR, que definiram as novas rotas de ônibus e as medidas de comunicação e mitigação de impactos.

- Desde o início da semana, quando os funcionários do consórcio tentaram iniciar os trabalhos no trecho interrompido, cerca de 30 pessoas vem tentando impedir a realização da obra. Nos últimos dias, o grupo retirou demarcadores de fechamento da rua, rasgou a faixa de comunicação da interdição, ofendeu e ameaçou verbalmente os funcionários do consórcio e servidores públicos da Central e Casa Civil. Além disso, derrubou e arrastou barreiras de concreto, pichou e furtou a chave da retroescavadeira que estava no local.

- Durante todo este período, a Polícia Militar esteve presente para garantir a segurança da população e dos funcionários.

- Com relação ao vídeo publicado na matéria, a versão editada não retrata a realidade dos fatos. O efetivo da PMERJ no local solicitou, por diversas vezes, a liberação da pista, não tendo sido atendido. Após inúmeros pedidos, os policiais informaram que utilizariam a força policial, e só então levantaram os manifestantes que ainda se recusavam a deixar o local. O Sr. Luis Delgado Zorraquino foi levantado e novamente sentou-se e deitou-se, desafiando a ordem da autoridade policial. Ao tentar levantá-lo novamente, o Sr. Luis desferiu golpes contra a câmara da polícia militar e contra o oficial responsável, tendo, por isso, recebido voz de prisão e sido imobilizado. Cabe esclarecer ainda que o mesmo grupo tem tentado impedir e prejudicar o andamento dos trabalhos, Em anexo, seguem imagens onde é possível verificar que o veículo utilizado para danificar o trecho de trilhos em fixação pertence a um dos participantes do protesto."

Trecho da nota de repúdio da Associação de moradores:

Ao contrário da atual administração estadual e das empresas por ela contratadas, que não conhecem o bairro, a AMAST e moradores já acompanharam de perto duas obras de restauração do sistema. Aquela que foi realizada nos anos 90 e aquela dos anos 2000. Ninguém melhor, portanto, que os moradores e AMAST, aliás, para conhecer as fragilidades do terreno e da estrutura urbana do bairro. Esse conhecimento dos moradores e da Associação foi inúmeras vezes colocado ao dispor do governo e das empreiteiras que, sem qualquer respeito, por reiteradas vezes desconsideraram, negaram ou até mesmo desmarcaram reuniões conosco. Mesmo assim, da melhor maneira possível e através de intenso diálogo informal com os engenheiros da obra e com os moradores sempre contribuimos da melhor forma possível para o bom andamento dos trabalhos. Para concluir, é importante dizer que ao tentar desqualificar e reduzir a representatividade do movimento dos moradores e pretender que tudo não passou da agitação de um grupo de 30 pessoas com interesses político-partidários, o governo deve estar se referindo a cidadãos que, em rodízio constante, ao longo de 90 horas, debaixo de sol e chuva, garantiram uma presença constante do movimento de resistência no Largo do Guimarães e na Praça Odilo Costa Neto. Deve estar se referindo a pessoas que deixaram de lado suas famílias, seus compromissos e suas vidas pessoais para proteger um patrimônio que é público. Parece-nos evidente que o governo não entende que para manter a presença permanente de 30 pessoas durante tanto tempo, é preciso um grupo muito maior que garanta um rodízio constante das mesmas. Se ainda houver qualquer dúvida sobre isso, recomendamos aos interessados que acessem a página da Panela de Pressão: Não somos 30! Somos Santa Teresa! (<http://paneladepressao.meurio.org.br/campaigns/433>) onde, apesar de estar sendo ameaçadas de perseguição jurídica pela nota da Casa Civil, em menos de 24 horas mais de 500 pessoas já se identificaram como sendo uma das 30 que, no entendimento do governo, estariam tentando sabotar as obras de reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa. Nada disso faz sentido, Senhores. Os moradores de Santa Teresa querem, sim, a volta do sistema que foi sucateado por este governo, responsável por 7 mortes, que agora quer nos acusar de sabotagem. Queremos sim as obras, mas não podemos aceitar que, por conta da inépcia e despreparo dos responsáveis, nossas vidas seja pisoteadas e transtornadas. Existem outras maneiras de fazer as coisas e nós sabemos quais são.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

3ª Promotoria de Tutela Coletiva ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
Rua Rodrigo Silva, nº 26, 7º andar – Centro -RJ
Telefones: 2240-2151 / 2531-8450

PORTARIA Nº 055 / 2014

MA nº 8007

PATRIMÔNIO CULTURAL (11830) – RUA JOAQUIM MURTINHO E OUTRAS, BAIRRO SANTA TERESA – RIO DE JANEIRO - RJ.

Considerando o teor da representação e dos documentos encaminhados pela Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMAST) a esta Promotoria de Justiça, relatando diversas irregularidades na execução das obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa, em especial na Rua Joaquim Murtinho;

Considerando a sentença exarada em 24/08/2009 pela 3ª Vara de Fazenda Pública, nos autos do processo 2008.001.362359-4, julgando procedente o pedido formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO para que fosse determinada a execução de todas as medidas necessárias à execução das obras previstas no Programa Estadual de Transportes – PET do Estado do Rio de Janeiro para o funcionamento seguro do sistema de bondes de Santa Teresa, garantindo-se a preservação do sistema de acordo com a Resolução de Tombamento;

Considerando o fatídico acidente ocorrido no dia 27 de agosto de 2011, envolvendo composição do Sistema de Bondes de Santa Teresa que resultou em vítimas fatais, cujas causas remontam a falta de manutenção para o funcionamento seguro do sistema de bondes de Santa Teresa;

Considerando que as obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa, conduzidas pelo Consórcio Elmo-Azvi (contratado pela Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e supervisionado pela empresa CENTRAL Logística), estão sendo realizadas, em tese, à

Marcusso Barros
Promotor de Justiça
Matr. 4355



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

revelia das normas de segurança viária vigentes, resultando na criação de riscos diversos aos transeuntes da localidade e em empecilhos irrazoáveis ao direito de ir e vir dos moradores do bairro de Santa Teresa;

Considerando a existência de suposta falha no planejamento e execução do para concretizar de forma válida e eficaz o comando da decisão exarada pelo D. Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública no processo 2008.001.362359-4;

Considerando a ausência de informações precisas sobre os impactos ambientais, urbanísticos e de vizinhança causados pelas obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa;

Considerando as características especiais e fragilidades geomorfológicas do bairro de Santa Teresa, bem como a alta probabilidade de risco geotécnico na implantação do Projeto Executivo da Obra de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa;

Considerando os termos Lei Municipal nº 495, de 09 de janeiro de 1984, que transformou o bairro de Santa Teresa em área de proteção ambiental (APA), posteriormente convertido em Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) por força da Lei Complementar 16/1992;

Considerando que o Art. 3º da Lei Municipal nº 495/1984 preconiza que somente após autorização dos órgãos técnicos de proteção ambiental poderão ser realizadas obras de qualquer natureza na Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Teresa;

Considerando os termos do Decreto Municipal nº 5.050, de 23 de abril de 1985, que regulamentou a Lei Municipal nº 495/84;

Considerando o Decreto Municipal nº 26.912/2006 que determina, com base na Resolução CONAMA nº 237/97 e na Resolução CONAMA nº 001/86, que para o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários, considerados efetivos ou potencialmente causadores de significativa

Eric Marcusso Barros
Promotor de Justiça
4411 4355



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

degradação do meio ambiente local, a SMAC determinará a realização do EPIA/RIMA, ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de Audiências Públicas;

Considerando todo o sistema de transporte, inclusive os trilhos, mecanismos e acessórios ligados ao funcionamento dos bondes de Santa Teresa constitui bem tombado tanto pelo INEPAC quanto pelo IPHAN;

Considerando a função institucional do Ministério Público de zelar pela proteção ao meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, e ao patrimônio público, nos termos dos art. 129, III e 225, da Constituição da República;

Considerando, afinal, que a responsabilização e reparação de atos lesivos ao meio ambiente, bem como a defesa dos interesses transindividuais e individuais homogêneos socialmente relevantes é dever do **MINISTÉRIO PÚBLICO** e atribuição no caso concreto da **PROMOTORIA DE TUTELA COLETIVA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL**;

INSTAURO

o presente **Inquérito Civil**, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição da República e do artigo 1º, inciso I da Lei 7.347, a fim de apurar os fatos em tela e todos aqueles que lhes sejam conexos.

Autue-se e registre-se.

Investigados: Consórcio Elmo-Azvi; CENTRAL Logística; Estado do Rio de Janeiro;

Assunto: Patrimônio Cultural.

Bairro: Santa Teresa.

Por todas as razões antes expostas, determino:

Marcelo Marcusso Barros
Promotor de Justiça
Matr. 4355



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

1 – Dê-se publicidade a esta portaria por quinze dias no mural desta Promotoria (artigo 15, parágrafo único, Resolução PGJ 1.066);

2 – Oficie-se à Secretaria de Estado da Casa Civil, com cópia da representação em anexo, solicitando: (i) cópia do contrato de concessão das obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa; (ii) bem como cópia do Projeto Básico e Executivo da Obra de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa. Ademais, requirite-se que o referido órgão (iii) informe se as obras em questão foram efetivamente licenciadas (em caso negativo, que esclareça os motivos do não licenciamento); (iv) esclareça se houve elaboração de EIA/RIMA e/ou EIV para a implantação do Projeto Executivo da Obra de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa.

Em caso positivo, a resposta deve ser acompanhada dos documentos que comprovem que tais providências foram efetivamente adotadas. Prazo: 30 (trinta) dias.

3 – Notifiquem-se a CENTRAL Logística e o Consórcio Elmo-Azvi, com cópia da representação em anexo, para que prestem esclarecimentos sobre os fatos denunciados. A resposta deve ser acompanhada dos documentos que comprovem as respectivas alegações. Prazo: 30 (trinta) dias.

4 – Oficie-se à GEO-Rio, com cópia da representação em anexo, solicitando vistoria na Rua Joaquim Murinho e demais logradouros públicos eventualmente impactados, de forma a se esclarecer (i) se o modo de execução das obras de reestruturação do sistema de bondes de Santa Teresa implica na existência de risco geológico à incolumidade pública (em caso positivo, quantificando esse risco), especialmente diante de uma suposta interferência em obras estruturais de contenção do terreno em aclave; (ii) as providências necessárias para garantir as devidas condições de segurança do local, em especial em relação às encostas. (Prazo: 60 dias)

5 – Agende-se nesta Promotoria de Justiça reunião com os representantes da Secretaria da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Obras, CENTRAL, e do

Eric Marquês Barros
Promotor de Justiça
Esp. 23/12



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

CONSÓRCIO ELMO-AZVI para tratar acerca dos problemas de mobilidade dos moradores em razão das obras de reforma do sistema de trilho dos bondes de Santa Teresa. (com máxima urgência!)

6 – Cientifique o representante acerca da instauração do presente inquérito civil;

7 – Informe que os autos de acompanhamento do processo 2008.001.362359-4 – face à ocorrência de conexão – deverão constituir-se, como anexo, desta inquisição, dando-lhe o número de MGP. Devendo-se criar outros autos de acompanhamento do referido feito.

8 – Após, com ou sem resposta, nova vista.

Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2014

MARCELLO MARCUSSO BARROS
Promotor de Justiça

Marcello Marcusso Barros
Promotor de Justiça
Matr. 437.5